

Acordo sobre Emenda 3 abre caminho para o PAC

O acordo entre governo e oposição sobre o veto presidencial à Emenda 3, costurado pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, deve permitir a retomada da votação, pelo Plenário, das medidas provisórias que integram o Programa de Aceleração do Crescimento. Duas MPs já foram aprovadas e outras cinco estão na pauta desta semana.

PÁGINA 3

cidadania

Sucesso de empresa depende dos detalhes

Além de facilitar a implantação do negócio, o planejamento bem elaborado pode reduzir os riscos de insucesso e evitar problemas futuros para a empresa. Veja neste Especial Cidadania o que não pode faltar no conteúdo de um bom plano e onde buscar ajuda para fazê-lo.

PÁGINA 20

e mais...

AGENDA

Página 2

AMBIENTE LEGAL

FOTO DA SEMANA

FRASES

VOZ DO LEITOR

Página 17



Medidas antiviolença avançam no Senado

Nove matérias do pacote antiviolença foram aprovadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania na semana passada. Agora falta decidir apenas sobre duas delas: a emenda à Constituição

que torna obrigatória a vinculação de recursos orçamentários para segurança pública e o projeto de lei do Senado que aumenta a pena para quem fizer tráfico de drogas em escolas e universidades.

PÁGINAS 8 A 10

EVELSON DE FREITAS/FOLHA-IMAGEM



Linha de montagem em São Bernardo do Campo (SP): sem consenso, reforma sindical não avançou; Senado programou para este mês debates sobre os direitos dos trabalhadores

Impasse domina discussão da reforma sindical

Para este 1º de maio, Dia do Trabalho, o governo não preparou medidas legislativas capazes de fazer avançar as reformas sindical e trabalhista. Na opinião de senadores, a iniciativa deve

voltar para as mãos de trabalhadores e empresários. Senado realiza este mês debates sobre projetos referentes aos trabalhadores, como o que incentiva a contratação de maiores de 40 anos.

PÁGINAS 4 E 5

Governo tem pressa para regulamentar Fundeb

O governo deverá trabalhar para que a regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), em vigor desde janeiro, seja votada o quanto antes no Plenário do Senado, sem mudanças que impliquem seu retorno à Câmara.

PÁGINA 7



Projeto da LDO de 2008 é tema de encarte

Conheça as previsões de gastos e de crescimento que constam do projeto de diretrizes orçamentárias para 2008 enviado pelo governo ao Congresso.

PÁGINAS CENTRAIS

PLENÁRIO Conduzido por Renan Calheiros, acordo sobre Emenda 3 abre espaço para programa do crescimento



Renan elogiou disposição para o diálogo mostrada pelo governo e pela oposição: “Substituímos o confronto pela negociação”

Sem crise dos vetos, Senado retoma o PAC

O acordo entre governo e oposição em torno do veto presidencial à chamada Emenda 3, apresentada ao projeto que criou a Super Receita, reabre o caminho de votações das medidas que compõem o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) pelo Plenário do Senado.

O entendimento foi costurado pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, que reuniu em seu gabinete o ministro da Fazenda, Guido Mantega, e líderes partidários da Câmara e do Senado. Em entrevista a veículos da Casa, Renan destacou que o Senado conseguiu, “mais uma vez, substituir o confronto pela negociação” entre o governo e a oposição (veja abaixo).

Ficou acertado entre os líderes e o ministro que o governo apresentará nesta semana novo projeto para detalhar como será feita a cobrança de impostos das empresas criadas por um profissional para prestar serviços a uma única empresa maior. O governo entende que essas empresas são criadas para fugir à tributação e o acordo prevê que elas pagarão uma alíquota adicional à Previdência Social, além dos 15% sobre o lucro presumido.

– O governo demonstrou disposição para o diálogo e o acordo

resolve 70% dos problemas que tínhamos. Com isso, estão desobstruídos os canais de negociação e, como resultado, as votações dos vetos feitos ao projeto da Super-Receita deixam de ser prioridade. A oposição entende o acordo como satisfatório. Foi um avanço do ponto de vista da democracia e do ponto de vista político – disse o presidente do Senado.

Segundo ele, os líderes entenderam que a votação do veto à Emenda 3 não resolveria os

Reunião de líderes com Guido Mantega viabilizou entendimento

problemas, pois criaria mais demandas judiciais – o governo pretendia recorrer ao Supremo Tribunal Federal caso a oposição conseguisse derrubar o veto. Já o ministro Guido Mantega reconheceu que o projeto que substituiu a Emenda 3, já enviado à Câmara, é limitado e, por isso, haverá novo projeto.

Renan Calheiros afirmou que, reaberto o diálogo entre governo e oposição, vai convocar sessão do Congresso, na próxima semana, para votar projeto de lei do Congresso (PLN 1/07) integrante do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O Senado, por sua vez, já acolheu duas medidas provisórias do PAC e está recebendo da Câmara as outras sete MPs do programa, cinco

das quais estão na pauta desta semana: a 353/07 (PLV 5/07) que cria 157 cargos comissionados para extinguir RFFSA; 347/07 (PLV 09/07), que capitaliza a Caixa para elevar empréstimos sociais; 348/07 (PLV 08/07), que cria fundo para investimento em infra-estrutura; 349/07 (PLV 10/07), que destina R\$ 5 bilhões do FGTS para infra-estrutura; e 352/07 (PLV 11/07), que incentiva produção de dispositivos eletrônicos.

Além do PAC, Renan pretende colocar em votação os projetos do pacote antiviolença aprovados pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Ele informou ainda que o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, se reunirá com líderes partidários na próxima semana para discutir os vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva aos projetos que recriam as superintendências de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Nordeste (Sudene).

Sobre a aprovação, pela CCJ, do projeto que reduz de 18 para 16 anos a maioria penal, Renan Calheiros observou que tal mudança, isoladamente, não resolverá os problemas de criminalidade do país, uma vez que eles têm a ver com a impunidade, com a falta de dinheiro, com as dificuldades de investigação e com a legislação antiquada.

Entenda a polêmica da Emenda 3

A polêmica emenda trata das relações entre os fiscais e as empresas prestadoras de serviço formadas por uma só pessoa (“pessoa jurídica personalíssima”). Ao aprovar a Lei da Super-Receita (6.272/05), o Congresso Nacional inseriu no texto uma emenda à Lei 10.593/02, que regulamenta o trabalho dos fiscais da Receita, da Previdência e do Trabalho, determinando que “a desconsideração da pessoa, ato ou negócio jurídico que implique reconhecimento de relação de trabalho, com ou sem vínculo empregatício, deverá sempre ser precedida de decisão judicial”. A modificação foi vetada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no dia 16 de março.

O que é pessoa jurídica personalíssima?

Quase sempre constituídas por profissional liberal prestador de serviços (cujo espaço no mercado se estreita porque poucos se dispõem a pagar altos salários para os mais qualificados), as “empresas de uma pessoa só” agradam tanto aos empregadores (que se livram dos encargos trabalhistas) quanto aos próprios profissionais liberais (que não se submetem às altas alíquotas do Imposto de Renda das pessoas físicas).

Por que a Receita Federal é contra tais contratos?

Livram os empregadores do pagamento dos encargos trabalhistas, comprometem a arrecadação da Previdência e disfarçam o vínculo empregatício sob a forma de um contrato entre empresas.

Por que o texto foi modificado?

Muitos parlamentares e juristas consideram que é um abuso de poder a prática de muitos fiscais de, além de multar as “empresas de uma pessoa só”, determinar que elas sejam desconstituídas.

Por que o governo é contra a emenda?

Na visão de alguns juristas, pela redação aprovada, os fiscais da Receita e da Previdência ficaram proibidos de “desconsiderar” as “empresas de uma pessoa só”, mas os fiscais do Trabalho deixariam de poder fiscalizar, mesmo que não cometessem o abuso de desconstituir empresas.

Principais pontos da entrevista

Sobre o fim do impasse da Emenda 3

“Chegamos à conclusão que a apreciação do veto não resolveria nada para ninguém, só geraria um vácuo jurídico e futuras demandas legais.”

Sobre a reunião

“Uma vez mais substituímos no Senado o confronto pela negociação. Ganha a democracia.”

Sobre o acúmulo dos vetos

“O problema vem desde a Constituinte de 1988, mas entendendo que a proposta de emenda

constitucional do senador Marco Maciel resolve o problema, ao propor que os vetos sejam apreciados em votações separadas, nas duas casas do Congresso.”

Sobre Sudam/Sudene

“A visão do governo é que os vetos são técnicos, mas o ministro Mantega mostrou disposição de retomar as negociações em 15 dias, na busca de uma política de desenvolvimento regional e de redução das desigualdades.”

Sobre a agenda do Senado

“Vou convocar, para a se-

gunda semana de maio, uma sessão do Congresso Nacional para votação do PLN 1/07, que é o primeiro passo do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Após limpar a pauta das MPs do PAC, vamos dedicar tantas sessões quanto forem necessárias para aprovar o pacote antiviolença.”

Sobre a maioria penal

“O tema é polêmico, divide a sociedade, mas precisa ser encarado, sem a ilusão de que vá resolver os muitos problemas de segurança pública do nosso país.”

Ministro teme perda de direitos trabalhistas

Em audiência pública conjunta das comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e de Assuntos Sociais (CAS), na quarta-feira, o ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, defendeu a manutenção do veto presidencial à Emenda 3.

Para Lupi, da forma como foi redigido, o texto da Emenda 3 poderia criar uma lacuna na legislação trabalhista que permitiria o fim da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

– Essa emenda como está, se

não for mantido o veto, tira o poder de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego e transfere essa responsabilidade à Justiça do Trabalho, onde sabemos que a demanda é muito grande. Isso significa simplesmente, em alguns casos, esperar de dois a cinco anos para se acionar a fiscalização e fazer cumprir a legislação trabalhista – explicou o ministro.

Para a líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), a aprovação da emenda vai precarizar as relações

de trabalho e os direitos trabalhistas. Já o senador Paulo Paim (PT-RS) advertiu que a Emenda 3 “significa legalizar o trabalho informal”.

– É dizer que, de hoje em diante, teremos trabalho informal para todo lado e o governo não pode nem fiscalizar. E aquele trabalhador que estiver no trabalho informal oficializado pela Emenda 3 e quiser protestar, tem que entrar com ação na Justiça. E se entrar com ação é demitido no dia seguinte – alertou Paim.

TRABALHO Ao contrário do ano passado, governo não preparou pacote de medidas alusivo ao 1º de Maio

Reforma sindical longe das prioridades

Uma das principais bandeiras do primeiro governo do presidente Lula, a reforma sindical chega ao segundo mandato longe das prioridades da agenda de debates no Congresso Nacional.

As festividades do Dia do Trabalho este ano, por exemplo, diferentemente do que aconteceu no ano passado, não serão marcadas pelo anúncio de medidas legislativas de interesse dos trabalhadores, que façam parte seja da reforma sindical ou da trabalhista.

Nem mesmo a reedição de uma das medidas provisórias (veja texto nesta página) anunciadas em maio de 2006 e rejeitadas pela Câmara foi confirmada. Destino semelhante teve o projeto de lei encaminhado à Câmara na mesma data para regulamentar as cooperativas de trabalho (PL 7.009/06): teve o pedido de urgência retirado pelo governo e está parado desde julho do ano passado.

Fim da unicidade gerou crise com sindicatos

Esses fatos indicam a desmobilização em torno do assunto depois de, em 2003, o governo ter constituído o Fórum Nacional do Trabalho (FNT). Composto por representantes de trabalhadores e patrões, o fórum teria a missão

de apresentar pontos consensuais para a atualização das legislações sindical e trabalhista.

Aquele trabalho chegou a gerar frutos, entre eles uma proposta de emenda à Constituição prevendo o fim da unicidade e do imposto sindical (PEC 369/05), encaminhada pelo governo à Câmara. Sem consenso, a resistência foi grande por parte das entidades de trabalhadores que ficaram fora do FNT, como a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil e as confederações nacionais de trabalhadores na Indústria, na Alimentação e em Estabelecimentos de Educação e Cultura.

A oposição dessas entidades resultou na formação do Fórum Sindical de Trabalhadores (FST), que levou ao Congresso milhares de manifestantes contrários às propostas. Uma audiência pública com o então ministro do Trabalho e Emprego, deputado Ricardo Berzoini (PT-SP), chegou a ser suspensa. O FST deu origem à Nova Central Sindical de Trabalhadores, que, agora, reivindica participação nas discussões realizadas pelo governo.



CUT (Arthur Henrique) e Força Sindical (Paulo Pereira) de braços dados pelo reconhecimento das entidades

Medidas alternativas também sofrem resistência

A dificuldade de ver aprovada uma reforma que suscita tanta resistência levou o governo a optar por medidas pontuais, consideradas prioritárias na reforma sindical. O reconhecimento das centrais sindicais foi o alvo da MP 293/06. Pelo texto, das 17 centrais existentes, apenas CUT, Força Sindical, Central Autônoma de Trabalhadores (CAT), Central Geral dos Trabalhadores (CGT), Nova Central Sindical, Social Democracia Sindical (SDS) e Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB) preencheriam os requisitos da MP, que acabou sendo rejeitada em setembro.

Pela legislação atual, as centrais nem sequer fazem parte da estrutura do sindicalismo no país (além dos sindicatos, apenas as federações e as confederações de traba-

lhadores têm previsão legal).

Outra medida, a redivisão do imposto sindical, tampouco prosperou. Atualmente, 60% da arrecadação (o equivalente a um dia de remuneração de cada trabalhador, cobrado todo mês de março) ficam com os sindicatos. Do restante, 15% vão para as federações, 5% para as confederações e o governo leva os outros 20%, para custear a fiscalização realizada pelas delegacias regionais do Trabalho (DRTs).

O governo diz ser a favor da nova fórmula, ainda que perca receita. A idéia é que os sindicatos possam decidir a que central repassar parte dos recursos. Antes, porém, precisam ser aprovados os critérios para definição de centrais sindicais reconhecidas legalmente.

Senado programa atividades sobre direitos dos trabalhadores

Os senadores programaram uma série de atividades para marcar a passagem do Dia do Trabalho, a começar pela sessão especial nesta quarta-feira, às 14h, destinada a homenagear o trabalhador no Plenário.

No dia seguinte, as comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e de Assuntos Sociais (CAS) debatem, às 9h, demissões arbitrárias de dirigentes sindicais. O ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, e os

presidentes de sindicatos de trabalhadores foram convidados para o debate.

As discussões continuam na tarde da quinta-feira, às 14h, quando o tema será a Emenda 3. Entre os convidados estão centrais sindicais, advogados e magistrados do trabalho.

Presidente da CDH, o senador Paulo Paim (PT-RS) anunciou ainda que maio será destinado a debates sobre acidentes de trabalho, com ênfase na indústria canaveieira.



Trabalhadores e empresários têm de liderar reformas, afirmam senadores

O impasse instalado no Congresso em torno das reformas sindical e trabalhista só vai ser superado quando trabalhadores e empresários caminharem juntos na criação de um ambiente de negócios mais saudável, que garanta mais empregos e competitividade.

A opinião é compartilhada pelos senadores Paulo Paim (PT-RS) e Adelmir Santana (DEM-DF), o primeiro egresso do movimento sindical dos metalúrgicos e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o segundo presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Distrito Federal (Fecomércio-DF).

Para Paim, as reformas não vão avançar caso continue a ser abordada pela ótica da retirada de direitos dos trabalhadores. O

senador acredita que a construção de uma relação moderna passa pela discussão acerca da participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, como proposto por ele em projeto de lei (PLS 89/07).

– Devemos atuar junto a trabalhadores e empresários na modernização e atualização da CLT [Consolidação das Leis do Trabalho] e no aprimoramento da relação capital/trabalho, em

uma direção contrária à Emenda 3. A participação nos lucros seria uma demonstração, para o trabalhador, de que, se a empresa lucrar mais, ele vai lucrar também – sugere Paim, lamentando que, sem acordo, não houve como avançar mais nas discussões do Fórum Nacional do Trabalho (FNT).

Adelmir Santana também defende um encaminhamento conjunto e harmônico das reformas trabalhista e sindical “para que não haja nem a desconfiança dos patrões nem a incerteza dos empregados”. Isso seria possível, disse, desde que o Executivo tomasse a iniciativa de encaminhar a discussão.

– O que houve nos anos anteriores foi uma queda-debraço, em que os trabalhadores queriam a reforma sindical primeiro e os patrões, a trabalhista. Sem superar esse tipo de controvérsia, ambos não terão sucesso – analisou.

Outro ponto que é muito polêmico, na opinião de Adelmir Santana, é o próprio reconhecimento das centrais sindicais. Ele acredita que a medida “dá um pontapé nas confederações dos trabalhadores, que tinham a representação formal desde a década de 40”.

EMPREGO Expansão da economia mundial não evita redução de vagas, afetando tanto jovens como “quarentões”

Falta espaço no mercado de trabalho

Mesmo em um mundo que apresenta grande expansão econômica, diversos problemas acirram a disputa pelos empregos. A própria Organização Internacional do Trabalho (OIT) revelou, em janeiro passado, que registrou aumento na produtividade global, mas redução no número de novos empregos. No Brasil, o índice de desocupação da população economicamente ativa está próximo dos 9%.

As estatísticas comprovam que os reflexos negativos desta realidade afetam tanto os jovens que ingressam no mercado quanto os profissionais que já ultrapassaram a barreira dos 40 anos. Entre os desocupados contabilizados pelo IBGE no mês de janeiro de 2007, 7,5% tinham de 15 a 17 anos, 37% tinham de 18 a 24 anos, 48,8% de 25 a 49 anos e 6,4%, 50 anos ou mais. Se os jovens têm dificuldades em conseguir a primeira chance na carreira, os mais velhos enfrentam

o fantasma da demissão, justamente para ceder lugar a um profissional mais jovem, e por um salário menor.

Além dos avanços tecnológicos que vêm ceifando há décadas boa parte da oferta de trabalho, o atual fenômeno da globalização também torna os mercados mais competitivos. Para piorar as coisas, o Brasil viveu nos anos recentes um verdadeiro boom de diplomas, com a proliferação das universidades particulares, que despejam milhares de candidatos de nível superior nas ruas, todos os anos. Ou seja, a disputa por empregos se acirra. O fator idade (no caso, erroneamente

associado à idéia de disposição) passa a ser decisivo para muitas empresas.

Não por coincidência, tramitam no Congresso mais de uma dezena de projetos procurando incentivar as empresas brasileiras a contratar trabalhadores acima dos 40 anos. No Senado, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) pode votar, nesta semana, um projeto do senador Jefferson Péres (PDT-AM) que garante incentivos fiscais a empresas que possuam no mínimo 30% dos empregados nesta faixa etária.

O relator na CAS, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), rejeitou outras quatro propostas (veja o quadro ao lado), mas é favorável à aprovação do PLS 103/99, de Jefferson Péres. Pelo texto, as empresas poderão deduzir do lucro tributável, para fins de cálculo do Imposto de Renda, até 25% do montante dos salários e encargos sociais pagos a seus empregados, observado o limite de 15% do lucro antes de computada a re-

ferida dedução.

“Nos próximos 30 anos, continuará o alargamento da pirâmide etária no meio e no topo, o que fará com que o problema da marginalização dos idosos adquira contornos dramáticos, se medidas não forem tomadas”, justifica Jefferson Péres.

Se o projeto, convertido em lei, permitir empregar alguns milhares de pessoas com mais de 40 anos, o senador afirma que o objetivo inicial terá sido atingido.

– Pessoas com mais de 40 anos dificilmente conseguem encontrar emprego com carteira assinada – observa.

Preconceito restringe vagas para maiores de 40 anos

Ainda que em menor escala, o avanço da idade sempre foi um fator de risco no mercado de trabalho. Os aumentos da longevidade e da qualidade de vida da população não foram acompanhados de uma mudança de mentalidade da maioria das empresas. Por isso, ainda hoje, após os 40 anos fica muito mais complicado conseguir uma boa colocação – um emprego fixo, com carteira assinada, benefícios e, principalmente, boa remuneração. Nem tudo, porém, está perdido. A Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE mostra que, entre 2002 e 2006, o número de ocupados na faixa etária a partir dos 50 anos cresceu 33%.

O preconceito não é desprovido de razões lógicas. Como explica o livro Como conseguir emprego no Brasil do século XXI, de Thomas A. Case, a principal causa de discriminação é o custo do profissional, que chega a ser 32,1% superior do que alguém em uma faixa etária menor. O autor é fundador do Catho, grupo internacional especializado que

oferece, em seu site, mais de 160 mil vagas de empregos somente no Brasil.

Em outros termos, profissionais mais velhos que não chegam a níveis elevados de chefia se tornam excessivamente onerosos para as empresas. Segundo pesquisas da Catho Online, a idade média para atingir um cargo de diretoria é de 38 anos, o que significa que os executivos não promovidos à direção até os 45 anos de idade têm grandes chances de perder o emprego.

Muitas empresas, porém, ainda valorizam a experiência e a capacidade de profissionais com este perfil. Um balanço feito pela Catho Online indicou que, em média, 8,12% dos contratados em 2006 tinham idade superior a 40 anos. A maior parte das ocupações era nas áreas de serviços, recursos humanos, informática, hospitais e faculdades. Quem não consegue emprego devido à exigência de uma boa remuneração, busca alternativas como consultoria ou ensino ou acaba como empresário.



Conhecidos como plaqueteiros, idosos carregam anúncios de ofertas de emprego em São Paulo

JORGE ARAÚJO/FOLHA IMAGEM

Estar sempre atualizado é condição para manter emprego

Especialista em Recursos Humanos, Maria Bernadete Pupo desenvolveu um estudo sobre as contradições do mercado de trabalho, em que estão em conflito conceitos como experiência e idade. De suas análises resultou um pequeno guia para o profissional “quarentão” que deseja se manter no mercado de trabalho, chamado Empregabilidade acima dos 40.

– O xis da questão é aceitar o fato de que as relações de trabalho entre empresas e empregados estão mudando e vão continuar mudando. Quem mantiver o passo fica, quem não acompanhar... – alerta a autora.

O livro tem dicas para todas as idades, como, por exemplo, os fatores de empregabilidade. Os requisitos mais óbvios, como ter criatividade e administrar sua própria carreira, até atitudes mais ousadas, como antecipar o futuro e correr riscos, estão entre as receitas de sucesso da especialista.

No que diz respeito a como se manter no mercado a partir dos 40 anos, Bernadete aponta que uma das atitudes mais importantes é criar e sustentar uma rede de contatos. Manter-se na área que já se domina é outra boa idéia, mas é crucial se atualizar e também estar aberto a mudanças.

Flexibilidade é a palavra-chave para vencer o preconceito. É preciso, por exemplo, deixar de lado algumas convicções pessoais. Outra dica é apostar em empresas brasileiras de pequeno ou médio porte, que podem se beneficiar da experiência do profissional.

Retrato do desemprego no Brasil

População desocupada (por gênero)	jan/07
Homens	951.000
Mulheres	1.145.000
Total	2.096.000
Taxa de desocupação	9,3%

População desocupada (por faixa etária)	jan/07
15 a 17 anos	168.000
18 a 24 anos	788.000
25 a 49 anos	994.000
50 anos ou mais	140.000
Total	2.090.000

Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, de fevereiro de 2007, que faz levantamento nas seis maiores regiões metropolitanas do país.

Crescimento não garante novas vagas, diz OIT

Apesar das altas taxas de crescimento econômico global, o número de desempregados manteve-se em um recorde histórico no ano passado, de acordo com relatório anual divulgado em janeiro passado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), em Genebra, na Suíça. Confira algumas das conclusões do estudo.

• Na última década, o crescimento se refletiu mais na elevação da produtividade e menos em aumento do emprego. Enquanto a primeira registrou alta de 26%, o número de novos empregos subiu somente 16,6%.

• O desemprego atinge os jovens (entre 15 e 24 anos) com mais intensidade: 86,3 milhões em todo o mundo, ou 44% de todos os que buscavam uma ocupação em 2006.



Projetos em discussão na CAS

- PLS 103/99, de Jefferson Péres (PDT-AM)
 - Cria incentivo fiscal para empresas que possuam empregados com mais de 40 anos.
- PLS 103/03, da ex-senadora Iris de Araújo
 - Dá incentivos aos empregadores que contratarem trabalhadores com mais de 45 anos.
- PLS 461/03, do senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
 - Institui o Programa de Incentivo ao Trabalhador com idade entre 40 e 55 anos.
- PLS 83/05, do senador Paulo Paim (PT-RS)
 - Dispõe sobre vagas nas empresas para os trabalhadores com mais de 45 anos.
- PLS 178/05, do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)
 - Estimula a contratação de trabalhadores com idade superior a 40 anos.
- PLS 385/03 (*), do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
 - Reduz o percentual de recolhimento do FGTS e isenta parcialmente de contribuição previdenciária as empresas que contratarem trabalhadores com mais de 50 anos.

(*) Não terminativo, foi enviado à CCJ para análise da constitucionalidade.

PLENÁRIO

Líderes já indicam membros da CPI

Requerimento do líder do DEM, José Agripino (RN), solicitando a criação da CPI do Apagão Aéreo no Senado foi lido em Plenário na quarta-feira da semana passada. A partir da leitura do documento, endossado por 34 senadores, começa a ser contado prazo de 20 dias para os líderes partidários indicarem os membros da comissão.

A CPI deverá ter 13 titulares e 13 suplentes e 180 dias para investigar as causas e apontar as responsabilidades por problemas no sistema de controle de tráfego aéreo e nos aeroportos.

José Agripino cumprimentou o presidente do Senado, Renan

Calheiros, por ter encaminhado a leitura do requerimento em Plenário, conforme haviam decidido os líderes partidários.

– O DEM também deve promover um seminário com experts em controle aéreo, que irão falar sobre o know-how de outros países na área – acrescentou.

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), no entanto, declarou que, como a solicitação de abertura da CPI no Senado foi posterior à da Câmara, “seria melhor implantar a comissão apenas nesta última”. O senador Renato Casagrande (PSB-ES) admitiu que o Senado tem um papel a cumprir na definição do

novo modelo de aviação civil, mas disse temer que a possível instalação de duas CPIs gere uma disputa com a Câmara.

Já Agripino e o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), defendem a criação da comissão no Senado, argumentando que “a correlação de forças nesta Casa é conveniente à oposição”, pois na Câmara os governistas têm mais força.

De acordo com o senador Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA), a CPI não foi proposta para amedrontar o governo, mas para descobrir eventuais falhas que estejam impedindo o tráfego aéreo no país de ser visto como “coisa séria”.

Agripino nega acordo para adiar a comissão

José Agripino, líder do Democratas, negou que tenha havido acordo com o governo para adiar a instalação da CPI do Apagão Aéreo no Senado.

– Fizemos acordo com os líderes para fazer funcionar a CPI e garantir o direito da minoria, não para adiar – disse o senador, ao explicar que concordou com o prazo de 20 dias para os líderes indicarem os membros da comissão como forma de evitar um impasse, já que alguns partidos poderiam simplesmente não fazer essa indicação.

Os senadores do DEM que vão integrar a CPI já estão inclusive definidos, informou o líder: Antonio Carlos Magalhães (BA), Demostenes Torres (GO) e o próprio Agripino como titulares, e Raimundo Colombo (SC) e Romeu Tuma (SP), como suplentes.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio, indicou para compor a comissão de inquérito, pelo seu partido, Sérgio Guerra (PE) e Mário Couto (PA) como titulares e Tasso Jereissati (CE), além dele próprio, para suplentes.

Na Câmara, instalação deve ocorrer na quinta

A Câmara deve instalar até esta quinta-feira a CPI do Apagão Aéreo, atendendo a decisão unânime do Supremo Tribunal Federal (STF). O líder do PSDB naquela Casa, deputado Antônio Carlos Pannunzio (SP), informou que o partido reivindica a relatoria da comissão com base no critério de alternância entre as maiores bancadas que prevaleceu nas oito últimas CPIs no Congresso. Por esse critério, a presidência da CPI do Apagão Aéreo na Câmara ficaria com o bloco PMDB, PT, PTB, PP, PR, PSC, PTdoB e PTC e a relatoria com o bloco PSDB, PFL e PPS. Esses blocos já foram desfeitos, mas prevaleceria essa formação para a divisão dos cargos.

O líder do governo, deputado José Múcio Monteiro (PTB-PE), adiantou que a reivindicação terá que ser negociada. Ele lembrou, no entanto, que a tradição é que a presidência da fique com o maior partido, e o relator seja escolhido pelo presidente. O vice-líder do governo, Henrique Fontana (PT-RS), afirmou, no entanto, que a relatoria deve ficar com o PT.



FOTOS: CÉLIO AZEVEDO



Casagrande (alto) é contra a instalação de duas CPIs sobre a crise na aviação, mas Virgílio e Agripino não abrem mão da instalação de comissão no Senado

Deputados rejeitam feriado no dia 11

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei do Senado que institui o Dia de Frei Galvão em 11 de maio, mas com emenda do relator, deputado Átila Lira (PSB-PI), para que o dia seja apenas incluído no calendário histórico-cultural brasileiro, sem a criação de feriado este ano.

Pela proposta original (PLS 55/07), de autoria do senador

Francisco Dornelles (PP-RJ), e pelo projeto do deputado Otávio Leite (PSDB-RJ) que tramitava em conjunto, a data seria transformada em feriado nacional em 2007. A deputada Maria do Rosário (PT-RS) chegou a apresentar emenda para que, em vez de feriado, o dia fosse transformado em ponto facultativo, mas também essa proposta não foi aprovada.

O projeto, que tramita na Câmara em caráter conclusivo (sem necessidade de aprovação pelo Plenário), ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa. Como foi alterado, no entanto, terá que ser votado novamente no Senado, antes de ser enviado à sanção presidencial.

Desde o dia 27 de março, quando o Senado aprovou o projeto, o serviço Alô Senado, a Biblioteca do Senado, a Secretaria Geral da Mesa e a Subsecretaria de Informações receberam milhares de ligações e mensagens eletrônicas de cidadãos interessados na confirmação do feriado,

segundo informou o diretor da Subsecretaria de Informações, Augusto César Correia.

Proposta não reuniu adesões importantes

Na Câmara, o projeto não repetiu a tramitação tranquila que teve no Senado. A própria Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) não deu apoio oficial à proposta. Setores da economia reclamaram da perda de um dia útil, que poderia acarretar prejuízos no mercado financeiro, no comércio ou na indústria. O governo também retirou apoio à iniciativa.

Na cidade de São Paulo, a Câmara de Vereadores chegou a aprovar projeto para tornar feriados municipais os dias de celebração de missas pelo papa. No dia 11, Bento XVI canonizará frei Galvão durante missa na capital paulista. No entanto, a Lei Federal 1.093/95 limita a quatro os feriados anuais que podem ser declarados em lei municipal. Como em São Paulo esse número já foi atingido, a criação do feriado foi inviável.

Frei Galvão, o primeiro religioso nascido no Brasil a ser canonizado

Nascido em 1739, em Guaratinguetá (SP), o frei Antônio de Sant'Anna Galvão será canonizado no dia 11, em missa celebrada pelo papa Bento XVI, em São Paulo. Depois de sua morte, em 1822, duas curas, associadas ao câncer e à infertilidade, foram reconhecidas como milagres pelo Vaticano e atribuídas à ingestão de uma oração escrita em papel em forma de pílula, criada pelo frei.

– Frei Galvão marcou sua atuação pela humildade, dedicação e graça – disse Dornelles em seu projeto.

O religioso fundou o Mosteiro da Luz (declarado Patrimônio da Humanidade pela Unesco). Em 1998, o papa João Paulo II celebrou missa no Brasil para beatificá-lo. Antes, em 2002, madre Paulina fora canonizada, mas, ainda que tenha passado a maior parte da vida no Brasil, ela nasceu na Itália.

Aprovada indicação de Agenor Álvares para a Anvisa

O Plenário do Senado aprovou, em votação secreta, a indicação do sanitarista Agenor Álvares para o cargo de diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) por 46 votos a 11.

Álvares foi ministro da Saúde no primeiro mandato do presidente Lula. Antes, já havia exercido o cargo de secretário-executivo do Ministério da Saúde e, por concurso público, foi admitido como sanitarista do quadro da Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária (atual Anvisa). É formado em Farmácia e Bioquímica, especializado em Saúde Pública e pós-graduado em Administração Pública.

O senador Tião Viana (PT-AC) observou que a biografia do sanitarista “se confunde com a do próprio Ministério da Saúde” e que Álvares “sempre procurou cumprir as expectativas da população”.



Papa Bento XVI canonizará frei Galvão no Campo de Marte, no dia 11, em São Paulo

EDUCAÇÃO Depois de passar pela Câmara, projeto que regulamenta fundo já tranca pauta de votações do Plenário

Pressa para regulamentar o Fundeb

O governo irá trabalhar para que a regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), em vigor desde janeiro, seja votada o quanto antes no Plenário do Senado e para que não sofra mudanças que impliquem seu retorno à Câmara dos Deputados.

A matéria (PLV 7/07) está truncando a pauta. Alguns senadores já manifestam interesse em pedir a análise de emendas apresentadas ao texto original da MP 339/06, que acabaram por ser rejeitadas pelos deputados.

É o caso, por exemplo, do senador Renato Casagrande (PSB-ES), que irá pedir destaque à Emenda 53, que contesta os fatores de ponderação que calculam o valor aluno/ano, ou seja, o percentual que será pago por estudante, para cada uma das etapas e modalidades da educação básica.

– Para as creches está sendo aplicado um peso de 0,8 em relação ao ensino fundamental, que tem peso 1. Mas para o ensino médio, o peso chega até a 1,30, e sabemos que nas unidades de educação infantil são necessários muito mais professores por aluno. Logo os municípios acabam sendo bastante prejudicados com essa conta – avalia Casagrande.

O senador também quer a análise da Emenda 187, que trata do transporte escolar e que torna obrigatório o repasse direto dos valores correspondentes ao trans-

porte de alunos da rede estadual realizados pelas prefeituras.

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) pretende votar a favor do PLV, mas acredita que o Fundeb, assim como o Fundef, não trará mudanças significativas para a educação no país.

– O principal problema da educação não é dinheiro. É preciso federalizar a educação, criando um sistema único nacional, com metas e controle – sustenta.

No Senado, a relatoria da matéria deverá ser assumida pela senadora Fátima Cleide (PT-RO).

Entre as alterações sofridas pela MP na Câmara está a que estabelece a expressão “no mínimo” para os recursos de complementação da União.

Isso porque o governo federal terá de repassar uma parcela de recursos sempre que, no âmbito do Estado, o valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente.

Para este ano, a União entrará com R\$ 2 bilhões, valor que chegará a R\$ 3 bilhões em 2008, R\$ 4,5 bilhões em 2009 e a 10% do valor total do fundo a partir de 2010. A estimativa é que estados, Distrito Federal e municípios contribuam com R\$ 46 bilhões em 2007 (veja quadro abaixo).

Outra mudança proposta na Câmara foi a inserção de matrículas na pré-escola, ensino especial e creches de instituições comunitárias na lista das que serão beneficiadas com o repasse dos recursos do fundo.



União deverá contribuir com R\$ 2 bilhões para o fundo que pretende melhorar a educação pública no país

Implantação completa só virá em 2009

A implantação do Fundeb será gradual até 2009, quando os percentuais de receitas que o compõem terão atingido 20% de contribuição de dois fundos, cinco impostos e receitas da dívida ativa e juros e multas dessas fontes municipais e estaduais, além de recursos complementares da União que chegarão a 10% do valor total do fundo a partir de 2010.

Além dos fundos de Participação dos Estados e Municípios (FPE e FPM, respectivamente), do ICMS e do Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às Exportações (IPI-Exp) que compunham o Fundef (com o percentual de 15%), o Fundeb terá participação do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações de Quaisquer

Bens ou Direitos (ITCMD), do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e do Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (ITR).

Com a divisão da arrecadação pelo número de alunos, irá receber mais o município que oferecer mais vagas na educação básica – que compreende a educação infantil (creche e pré-escola), ensino fundamental, ensino médio (de responsabilidade dos estados) e educação de jovens e adultos.

O que muda é o fator de ponderação estabelecido para cada etapa, modalidade e tipo de estabelecimento. O ensino fundamental urbano tem peso 1. O menor valor é de 0,70 para educação de jovens e adultos e o maior de 1,30 para ensino médio em tempo integral e inte-

grado à educação profissional.

Para o presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, os pesos atribuídos não são justos e precisam ser revistos.

– Um aluno de creche custa 93% a mais que outro do ensino médio. Temos 1 milhão de crianças nas creches e outras 12 milhões fora, à espera de vagas que agora começam a ser requisitadas na Justiça. Os municípios não têm como arcar com essa realidade – afirma.

Recentemente o Superior Tribunal de Justiça e o Tribunal de Justiça de Santa Catarina determinaram que as prefeituras de Santo André (SP) e Blumenau (SC) providenciem vagas em creches e pré-escolas.

– O valor anual estimado por aluno de creche pelo Fundeb varia entre R\$ 757 a R\$ 1.600, mas o custo é até três vezes maior – completa o presidente da CNM.

Dos recursos, 60% vão para os salários

Pelo menos 60% dos recursos anuais do Fundeb serão destinados ao pagamento da remuneração de profissionais do magistério da educação básica que estejam em efetivo exercício na rede pública.

Além dos professores, inserem-se nesse grupo profissionais que oferecem suporte pedagógico, como direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão, orientação educacional e coordenação pedagógica.

A destinação dos recursos do fundo à remuneração dos profissionais de educação irá provocar grande alteração salarial em alguns estados e municípios, já que muitos profissionais chegam a ganhar até menos que o salário mínimo, como em algumas escolas do interior. Em outros, não surtirá grande efeito.

A MP 339 sinaliza para a fixação do piso salarial nacional que agora está sendo proposta em projeto de lei enviado pelo Executivo à Câmara dos Deputados.

O governo propõe piso de R\$ 850 para os professores com carga horária de 40 horas semanais, mas a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) quer que seja estabelecido piso salarial para todos os profissionais da educação.

– A existência de um piso é um grande ganho, não teremos mais professores ganhando salários ínfimos, mas esse piso tem de ser estendido a todos os profissionais da área – diz o secretário-geral da CNTE, professor Roberto de Leão.

A CNTE também quer que, além dos 20% dos impostos que compõem o Fundeb, outros 25% dos demais impostos recolhidos por estados e municípios, como o IPTU, sejam vinculados à remuneração dos trabalhadores em educação.

– Da mesma forma, a Desvinculação das Receitas da União

(DRU) não deve continuar existindo na área de educação, porque só aí perdemos R\$ 5 bilhões – diz Leão.

Os demais 40% dos recursos que compõem o Fundeb podem ser utilizados para a atualização e aprofundamento dos conhecimentos profissionais de quem atua na educação básica, caso da

formação continuada e com os cursos de formação inicial, que compreendem cursos regulares de formação de profissionais em nível médio ou superior.

Neste caso, os cursos são direcionados apenas aos professores.

– É importante enfatizar que os cursos de capacitação devem estar vinculados ao universo de trabalho do profissional, já que a realidade da teoria muitas vezes está muito longe da prática, da realidade na escola – expõe o secretário-geral da CNTE.

Estimativa de receita do Fundeb (em R\$ mil)

UF	Contribuição de estados, Distrito Federal e municípios	Complementação da União	Total da receita estimada
AC	310.415	-	310.415
AL	652.610	96.335	748.947
AM	898.291	-	898.291
AP	288.437	-	288.347
BA	2.772.378	391.978	3.164.357
CE	1.492.044	280.785	1.772.829
DF	710.645	-	710.645
ES	1.242.674	-	1.242.674
GO	1.279.990	-	1.279.990
MA	1.082.899	575.437	1.658.336
MG	4.524.536	-	4.524.536
MS	759.213	-	759.213
MT	820.155	-	820.155
PA	1.285.967	491.910	1.777.877
PB	790.805	26.967	817.773
PE	1.678.161	36.640	1.714.801
PI	633.671	99.944	733.615
PR	2.424.554	-	2.424.554
RJ	3.074.422	-	3.074.422
RN	788.377	-	788.377
RO	481.972	-	481.972
RR	219.444	-	219.444
RS	2.899.534	-	2.899.534
SC	1.523.963	-	1.523.963
SE	557.754	-	557.754
SP	12.368.095	-	12.368.095
TO	490.676	-	490.676
TOTAL	46.051.695	2.000.000	48.051.695

SEGURANÇA PÚBLICA

CCJ define o pacote contra violência

Mais nove matérias do pacote antiviolença foram aprovadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) na semana passada. Agora falta decidir apenas sobre dois assuntos: a proposta de emenda à Constituição (PEC 60/05) que torna obrigatória a vinculação de recursos orçamentários para a área de segurança pública e o projeto de lei do Senado (PLS 34/03) que aumenta a pena para quem fizer tráfico de drogas em escolas e universidades.

A mais polêmica proposta aprovada é a que reduz de 18 para 16 anos a maioria penal. A PEC 18/99, que tramita com outras cinco, foi aprovada por 12 votos contra 10 e agora vai ao Plenário (veja mais na página 10). A PEC 94/03, que garante tempo integral ao ensino fundamental, também obteve êxito (veja abaixo).

Os PLSs 155/07, que obriga os presidiários a trabalhar pelo seu sustento; 165/07, que cria o rastreamento eletrônico para presos provisoriamente; e 175/07, que estende esse mecanismo a condenados em regime aberto, vão para votação em Plenário. Têm caráter **terminativo** e seguem direto à Câmara: o PLS 167/07, que permite a suspensão do cargo, emprego ou função de servidor público enquanto responder a processo criminal; o 79/05, que detalha o crime de falsificação de títulos; o 162/07, que separa os presos por grau de periculosidade; e ainda o 75/07, que restabelece o exame criminológico para os presos que, tendo cometido crimes com violência ou grave ameaça à pessoa, possam desfrutar de progressão de regime penal, livramento condicional, indulto e comutação de pena.

TERMINATIVA
- As decisões não se restringem ao Plenário. Muitas propostas são votadas nas comissões permanentes, nelas encerrando sua tramitação - daí o "terminativo". No Senado, um décimo dos parlamentares, no mínimo, podem solicitar votação em Plenário. Sem esse pedido, os projetos dos senadores aprovados nas comissões são enviados diretamente à Câmara.



Reunião da CCJ: Antonio Carlos Magalhães presidiu as duas reuniões dedicadas somente à votação de projetos relacionados ao combate à violência; na primeira delas, oito matérias foram aprovadas

Ensino fundamental contra a criminalidade

Tempo integral para o ensino fundamental poderá ser obrigatório. É o que estabelece a PEC 94/03, de Demostenes Torres (DEM-GO), que recebeu na CCJ parecer favorável de Eduardo Azeredo (PSDB-MG). Antes de ir para o Plenário, a PEC deverá ser examinada pela Comissão de Educação (CE).

Azeredo ofereceu duas emendas. Pelo parecer, o ensino fundamental em tempo integral será obrigatório e gratuito, sendo assegurada sua oferta para os que a ele não tiverem acesso na idade própria. Essa regra deverá ser integralmente implementada de forma gradual pelo Estado até o ano de 2022. Conforme o texto inicial, essa data seria o ano de 2023, mas Jefferson Péres (PDT-AM) lembrou que 2022 é o ano do bicentenário da Independência e a sugestão de antecipar a data foi aceita.

A previsão da PEC é que, até 2022, a cada ano pelo menos 6% do conjunto de turmas ou esta-

belecimentos de ensino passem a funcionar em tempo integral, incluído aí o tempo para refeição.

Segundo Demostenes, a proposta pode contribuir para a educação e tirar crianças e jovens das ruas, onde ficam sujeitos ao consumo de drogas e à violência. Ele salienta que a PEC dá tempo suficiente para o governo fazer caixa e conseguir verbas com vistas a adotar a medida, que exigiria R\$ 1 bilhão por ano.

As fontes de recursos para a mudança não foram incluídas no texto final, embora tenham sido sugeridas na proposta. Apesar de elogiar a PEC, Aloizio Mercadante (PT-SP) destacou o gasto continuado que seria resultante da emenda. Para ele, isso precisa ser avaliado pela Comissão Mista de Orçamento. Concordou, porém, com a "atitude política" de aprovar a PEC. O texto foi elogiado ainda por Ideli Salvatti (PT-SC), que previu adequação orçamentária para sua implementação.



Crianças têm aula de informática em escola estadual em Mato Grosso: ensino em tempo integral faz parte do pacote antiviolença

Presos poderão trabalhar pelo alimento

Os presos podem ficar obrigados a trabalhar para produzir seu próprio alimento, "na medida de suas aptidões e capacidade". O PLS 155/07, de Marconi Perillo (PSDB-GO), que foi aprovado na CCJ com relatório favorável de Tasso Jereissati (PSDB-CE), cria uma nova modalidade de trabalho para o preso, denominada "trabalho de subsistência", não remunerado e que não poderia ser prestado a entidades privadas. A não realização desse trabalho, no entanto, não eximiria o Estado de fornecer alimento para o condenado a pena privativa de liberdade.

Segundo Marconi, o projeto contribuiria para reduzir o alto custo dos presos para o Estado e também para agregar valor social ao cumprimento da pena. Ele cita dados do Departamento Penitenciário Nacional (Depen) segundo os quais menos da metade dos presos trabalham, apesar de a Lei de Execuções Penais já prever a obrigatoriedade do trabalho do preso. O senador salienta que o texto de seu projeto não fere as convenções internacionais

amplamente aceitas e ratificadas pelo Brasil, que coíbem o chamado "trabalho forçado".

Pelo projeto, o trabalho do presidiário, como "dever social e condição de dignidade humana", teria três finalidades: educativa,

produtiva e de subsistência. O de subsistência consistiria na obrigação de todo preso produzir seu próprio sustento alimentar. Quando não realizado ou feito de forma insuficiente, a penitenciária forneceria a alimentação.



Ateliê de costura em presídio feminino em Mato Grosso: senadores querem reintegrar os presos a partir do trabalho

Cadeia para quem endossar título falso

Quem subscrever ou endossar títulos ou valores mobiliários falsos poderá ficar sujeito a pena de reclusão de dois a oito anos mais multa, de acordo com o PLS 79/05, do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que foi aprovado com relatório

favorável do senador Aloizio Mercadante. Para Simon, a proposta específica melhor os crimes em que títulos ou valores mobiliários são trocados no mercado sem ter lastro em dinheiro. O senador vê aí uma brecha para a impunidade, que

agora pode ser sanada. A matéria agora vai à Câmara.

A Lei 7.492/86, que define os crimes contra o sistema financeiro, já prevê essas penalidades para quem emite, oferece ou negocia títulos ou valores mobiliários falsos.

SEGURANÇA PÚBLICA

Pulseira eletrônica pode substituir prisão

Depender da CCJ, o Brasil poderá contar com um sistema de monitoramento eletrônico dos condenados pela Justiça. A comissão aprovou dois projetos de lei nesse sentido na última semana. Enquanto o PLS 165/07, do senador Aloizio Mercadante, dá ao juiz a possibilidade de ordenar o monitoramento de presos em livramento condicional, regime aberto e semi-aberto e em prisão provisória, o PLS 175/07, de Magno Malta (PR-ES), prevê o uso de equipamento para rastrear os condenados que forem beneficiados com livramento condicional e regime aberto.

Os projetos, que modificam a Lei de Execuções Penais, o Código Penal e o Código de Processo Penal, seguem para a Câmara dos Deputados. Ambos foram relatados por Demostenes Torres, que não vê nada incompatível entre eles.

O monitoramento de condenados por meio de tornozeleiras ou pulseiras eletrônicas é bastante utilizado nos Estados Unidos, na França e em Portugal, lembra Magno Malta. Ele afirma que, além de diminuir a população

carcerária, o uso desse tipo de equipamento é mais barato do que manter os presos na cadeia. Pela proposta, o juiz poderá incluir o rastreamento eletrônico entre as condições para a concessão de regime aberto. Deferido o pedido para livramento condicional, concedido pelo juiz da execução, o condenado será obrigado a usar equipamento de rastreamento eletrônico.

O projeto estabelece que o condenado deverá, fora da prisão e sem vigilância, trabalhar, frequentar curso ou exercer outra atividade autorizada. Atualmente, o Código Penal obriga o condenado a exercer essas atividades e se recolher durante o período noturno e nos dias de folga.

Demostenes afirmou que o monitoramento será benéfico até para os condenados e já é empregado com sucesso em outros países.

– A saída temporária, prevista para o regime semi-aberto, pode ser resguardada pelo rastreamento – justificou o relator.

Para Mercadante, o principal motivo para se adotar a medida é a superlotação nas penitenciárias brasileiras. Ele explicou que o rastreamento permitirá que muitas das 170 mil pessoas que estão presas provisoriamente e não são liberadas por não possuírem endereço fixo possam aguardar o julgamento em liberdade. O

senador lembrou que o país tem atualmente 401 mil presos, enquanto 550 mil mandados de prisão não são cumpridos pela polícia, o que “configura a falência do sistema punitivo”.

Pelo projeto, cabe ao juiz decidir sobre a utilização do monitoramento eletrônico para garantir as condições impostas ao condenado em relação ao livramento condicional e à progressão para os regimes semi-aberto e aberto. Aloizio Mercadante lembrou que a medida cautelar da liberdade vigiada não é aplicada em casos de crimes hediondos ou de crimes que tenham sido cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa.

Usado em vários países, sistema é mais barato do que manter presos na cadeia



GUILHERME FILHO/SECOM-MT

Detentos transferidos em Mato Grosso; comissão aprovou retomada de perícia antes de liberação de preso

Senadores querem a volta do exame criminológico

O exame criminológico pode voltar a ser exigido em caso de progressão de regime penal, livramento condicional, indulto e comutação de pena para os presos condenados por crimes violentos ou com grave ameaça. O PLS 75/07, de Gerson Camata (PMDB-ES), aprovado pela CCJ com parecer de Demostenes Torres, agora vai à Câmara dos Deputados.

O texto restabelece a perícia, substituída em 2003 por polêmica certidão de bom comportamento. Para o relator da matéria, com o restabelecimento do exame criminológico, “o Brasil volta a se inserir dentro das normas criminais internacionais”.

Aloizio Mercadante apresentou emenda, acolhida pelo relator, determinando que o exame será dispensado se não for realizado 60 dias após ter surgido a possibilidade de livramento condicional, progressão de regime ou comutação de pena.

– Não há dúvida de que o exame criminológico é necessário para a liberação de presos envolvidos em crimes graves. Porém, com as dificuldades existentes nas varas de execução penal e nas comissões técnicas de classificação, os exames eram realizados com muito atraso em relação à possibilidade de progressão ou livramento – observou.

Exame inclui avaliação psiquiátrica

Para muitos juristas, o exame criminológico – que pode ser restabelecido pelo PLS 75/07 – garante a “individualização da pena”. Com o exame, antes de ser solto em decorrência da progressão da pena, o condenado a regime fechado tem a personalidade e o comportamento analisados em uma perícia oficial. Psicólogos e psiquiatras especializados avaliam se o preso ainda representa risco à sociedade. Além disso, leva-se em consideração o histórico do comportamento do preso durante o cumprimento da pena.

Aprovada a suspensão de servidor durante processo

O servidor público poderá ser suspenso de seu cargo, emprego ou função enquanto responder a processo criminal relacionado à sua atividade. É o que determina o PLS 138/07, de autoria de Demostenes Torres, que teve relatório favorável, na Comissão de Justiça, de Adelmir Santana (DEM-DF) e segue à Câmara dos Deputados. A proposta altera o Código de Processo Penal.

Segundo o relator, o projeto cria uma tutela antecipada a fim de que, após a defesa preliminar apresentada pelo réu funcionário público, o juiz possa decidir quanto à perda do cargo. Antes, portanto, que haja a conclusão do processo, com a eventual pena privativa de liberdade do réu.

– O texto dá ao Estado meios para afastar do cargo, emprego ou função o funcionário denunciado por crimes próprios – disse Adelmir.

O projeto estabelece que, nos crimes praticados por funcio-

nários públicos, após a queixa ou a denúncia, o juiz ordenará a notificação do acusado para que responda, por escrito, no prazo de 15 dias. Havendo indícios de autoria e materialidade do delito, o juiz poderá, em decisão fundamentada, adotar medida cautelar de suspensão do funcionário, sem remuneração, para a garantia do processo. Antes disso, se quiser, o juiz poderá ouvir testemunhas, no máximo em 15 dias, e decidirá nas 24 horas seguintes.

A suspensão do funcionário poderá perdurar até a decisão final do processo. Caso seja absolvido, ele retomará suas funções e a administração pública ficará obrigada a lhe pagar a remuneração a que teria direito durante a suspensão.

Segundo Adelmir, o servidor tem direitos que dão estabilidade e segurança ao exercício da função e, por isso, é razoável que o Estado exija responsabilidade e imponha as devidas punições, caso necessário.



FLÁVIO FLORIDO/FOLHA IMAGEM

Se virar lei, monitoramento eletrônico de condenados aliviará situação de presídios superlotados; outra proposta cria novas categorias para os presos, separando ainda mais os de alta periculosidade

Periculosidade definirá lugar de cada preso

Tanto os presos já condenados como os provisórios podem ficar separados conforme o grau de periculosidade. Foi o que decidiu, por unanimidade, a CCJ, aprovando o relatório de Demostenes Torres ao PLS 162/07, de Aloizio Mercadante. O texto substitutivo será votado em segundo turno pela comissão.

O projeto mantém a obrigatoriedade, prevista em lei, da separação entre os presos já condenados dos provisórios. Mas cria subcategorias que evitarão a convivência de condenados ou acusados pela prática de crimes graves com os que cumprem pena pela prática

de crimes mais leves.

O texto determina que os presos provisórios ficarão separados de acordo com os seguintes critérios: acusados pela prática de crimes hediondos ou assemelhados; acusados pela prática de crimes cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa; e acusados pela prática de outros crimes ou contravenções.

Texto separa os presos com base em quatro categorias de crimes

Já os condenados ficarão separados nas penitenciárias e obedecerão a quatro categorias: crimes hediondos ou assemelhados; reincidentes condenados pela prática de crimes com violência ou grave ameaça; primários condenados

por crimes violentos ou grave ameaça à pessoa; e demais condenados por outros crimes ou contravenções.

– O projeto tem por objetivo coibir que organizações criminosas tomem conta dos presídios – salientou Mercadante.

Para o relator, a proposta irá combater a idéia contida na máxima popular de que as “cadeias brasileiras são as universidades do crime”.

Demostenes Torres explicou que, caso o projeto seja transformado em lei, a regra já poderá ser colocada em prática imediatamente, separando-se os condenados em alas. Os presídios que vierem a ser construídos já deverão observar as novas determinações.

SEGURANÇA PÚBLICA Aprovada na CCJ, imputabilidade aos 16 anos deve ter dois turnos de votação acirrada

Idade penal: disputa vai a Plenário

A pesar de a redução da maioria penal de 18 para 16 anos, em casos de crimes hediondos, ter sido aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, a disputa – e a polêmica – em torno do tema continuará no Plenário da Casa, no qual a matéria ainda terá de ser votada. O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), anunciou que “o governo federal é contra essa proposta e vai atuar para barrar seu encaminhamento”.

Jucá declarou que serão apresentadas emendas ao substitutivo de Demostenes Torres (DEM-GO), relator na CCJ. O líder ressaltou ainda que a matéria terá de ser votada em dois turnos no Plenário do Senado.

Demostenes, por sua vez, reconheceu a dificuldade que seu texto vai enfrentar para ser aprovado, mas negou que haja uma polarização entre governo e oposição quanto à questão.

– Muita gente da base do governo está do nosso lado. É algo da consciência de cada parlamentar – destacou.

Exemplos disso puderam ser registrados na CCJ, quando o substitutivo foi aprovado com 12 votos favoráveis e 10 contrários: o senador Jefferson Péres (PDT-AM), cujo partido integra a base governista, votou a favor da redução da maioria, enquanto a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), da oposição, votou contra a medida.

Se for aceito pelo Plenário, o

texto ainda terá de ser apreciado na Câmara, onde também poderá encontrar resistências.

A redução da maioria penal é um dos itens mais polêmicos do pacote antiviolença que vem sendo apreciado na Comissão de Justiça do Senado.

Demostenes argumenta que as medidas de recuperação de jovens delinquentes são fundamentais, mas que também é necessária a pena de prisão para “aqueles que têm 16 anos ou mais e cometeram crimes hediondos como o estupro e o latrocínio, ou crimes como a tortura e o tráfico de entorpecentes”.

– Nos demais casos, devem ser

aplicadas medidas sócioeducativas – afirmou, acrescentando que, “além disso, os menores com mais de 16 anos terão de fazer exame

Governo atuará para barrar redução da maioria penal, diz Jucá

biopsicológico para se verificar se tinham capacidade de entender o que estavam fazendo”.

Por outro lado, Jucá defendeu uma solução que envolva a educação e a integração dos jovens infratores, “e não a vingança da sociedade, que resulta na exclusão dessas pessoas”.

Já o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) retomou, após a votação na CCJ, um raciocínio que Ideli Salvatti (PT-SC) havia apresentado em fevereiro, quando

ela ressaltou que “colocar menores em um sistema penitenciário que todos reconhecem como falido pode não ser a melhor solução” – indicando que a prisão e o convívio com outros criminosos seria nocivo aos menores, em vez de promover sua recuperação.

– Depois de dois anos em um presídio, esses jovens acabariam encarcerados como chefes do crime organizado – afirmou Mercadante.

Demostenes, no entanto, disse que há aproximadamente 600 mil criminosos adolescentes do país, mas o seu substitutivo estaria propondo a punição para apenas 11 mil deles, aqueles que “cometeram crimes gravíssimos”.

– É uma excepcionalidade da qual o Brasil precisa – frisou.

FOTOS: CÉLIO AZEVEDO



Votação na CCJ mobiliza Flexa Ribeiro (E), Patrícia, Serys e José Nery. Parecer de Demostenes (E, acima) é discutido por Pedro Simon, Rosalba Ciarlini e Valadares

Polêmica e votação apertada na CCJ

Foram quase três horas de debate para a aprovação, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), da redução da maioria penal no país, atualmente fixada na Constituição em 18 anos, para 16 anos. Mesmo com alterações feitas na véspera, que abrandaram o texto original, o parecer do relator, Demostenes Torres, passou com uma margem apertada de votos – 12 a 10 – e agora vai ao exame do Plenário.

Com a mudança, jovens entre 16 e 18 anos, para serem responsabilizados criminalmente, deverão passar antes por exame psicobiológico para determinar

se têm discernimento do ato delituoso cometido. O laudo técnico deverá ser emitido por junta nomeada pelo juiz.

Quando condenados por crimes hediondos, como assassinato por roubo, seqüestro e tráfico de drogas, os jovens terão de cumprir pena de prisão. Condenações por crimes brandos serão substituídas por penas alternativas, de caráter socioeducativo. Outra mudança feita pelo relator determina que, nos casos de pena com restrição de liberdade, os jovens devem ficar em local distinto dos presos com idade acima de 18 anos.

Demostenes revelou que, ao

promover as alterações, acolheu sugestões de Jefferson Péres e Tasso Jereissati (PSDB-CE). No voto apresentado, o relator examina a PEC 20/99, que tem como primeiro signatário o então senador José Roberto Arruda.

Foram rejeitadas as PECs 18/99, apresentada pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR); 3/01, também de José Roberto Arruda; e 26/02, liderada pelo então senador Iris Rezende. Também receberam voto pela rejeição as PECs 90/03, com primeira assinatura de Magno Malta (PR-ES), e 9/04, apresentada por Papaléo Paes (PSDB-AP).

Senadores oscilam entre as duas opiniões

Durante a discussão sobre a proposta de mudança da maioria penal, o senador Pedro Simon (PMDB-RS), que votou contra a medida, disse que o debate envolveu argumentos fortes e sensibilidade dos dois lados, em um nível que, na sua avaliação, serve de exemplo sobre como as discussões devem ser conduzidas no Senado.

Simon confessou que já havia mudado sua posição sobre a matéria diversas vezes desde que o assunto entrou em pauta, antes de optar pela manutenção da maioria em 18 anos

– Na dúvida, quero ficar em paz com minha consciência. Não adianta querermos votar

essa medida se o Brasil continuar sendo o país da impunidade. Para mudar o Brasil, temos que fazer uma Operação Mãos Limpas, como na Itália – defendeu.

Já Aloizio Mercadante (PT-SP) observou que jovens envolvidos no tráfico de drogas, como simples entregadores, como acontece nas favelas, vão passar a ser presos, sem possibilidade de fiança ou progressão da pena. Isso ocorrerá, como explicou, na medida em que o tráfico é crime hediondo e a proposta de redução da maioria estabelece a prisão para os menores condenados por delitos desse tipo.

– Com a redução da maioria

penal, o crime organizado aliciará pessoas cada vez mais jovens. O Senado não pode carregar o peso da decisão que está sendo tomada – apelou.

Jefferson Péres, que apontou excesso de emoção nos dois lados do debate, apoiou a redução da maioria. Disse que repelia o sentimento de culpa coletiva, segundo o qual “menor que vira monstinho sempre é uma vítima das desigualdades sociais”.

– Se assim fosse, menores de alta classe média não matariam. O que o relator propõe é acabar com essa aberração de menor que tenha cometido crime hediondo ficar sem punição.

Divididos, parlamentares apresentam argumentos

Durante debate na CCJ, a senadora Patrícia Saboya (PSB-CE) reforçou o combate à tese da redução da maioria penal com um segundo voto separado – o primeiro havia sido apresentado pelo senador Aloizio Mercadante (PT-SP). Na mesma linha de Mercadante, a senadora argumentava pela inconstitucionalidade da medida, considerando em seu relatório que a maioria fixada na Constituição, aos 18 anos, estaria entre as cláusulas pétreas.

O bloco contrário à redução da idade penal sustentou em diversos momentos que a comissão estava decidindo sobre o tema ainda sob a emoção da morte do menino João Hélio, no Rio de Janeiro, arrastado pelas ruas preso ao cinto de segurança de um carro – crime cometido por jovens, um deles menor de 18 anos. Argumentavam que a criminalidade entre os jovens tem causas mais complexas e que soluções passariam por avanços na área da educação e nas condições gerais de vida das famílias.

Para o relator na comissão, Demostenes Torres, a questão da criminalidade é principalmente de fundo moral.

Segundo afirmou, um jovem entre 16 e 18 anos já tem capacidade de discernir sobre atos corretos ou não. Na opinião do senador, é uma visão equivocada dizer que a pobreza seja única ou determinante causa da criminalidade.

– Eu também já acreditei nisso, mas encontrei a estrada de damasco. Se assim fosse, como explicar o crescimento da criminalidade entre jovens ricos? – indagou.

Para Patrícia, estatuto já prevê punição

Entre os muitos argumentos contra a mudança, Patrícia também disse que os jovens respondem por apenas 10% do total de delitos no país, índice estável há dez anos e abaixo da média mundial, de 11,6%. Também classificou de falha a crença de que esses crimes ficam impunes, por causa do Estatuto da Criança e do Adolescente.

– Não são brandas as medidas previstas no estatuto. Dependendo da gravidade de sua conduta, o adolescente pode ficar sem liberdade por até três anos, o que significa um sexto da vida daquele que tem 18 anos, proporcional a uma pena de nove anos a seis anos de um adulto – declarou.

LDO prevê crescimento de 5% em 2008

O projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) referente ao exercício de 2008, enviado pelo Executivo ao Congresso no último dia 13 de abril, prevê um crescimento real do PIB de 4,5% para 2007. Para o triênio de 2008 a 2010, a LDO considera que o PIB crescerá 5% anualmente, já de acordo com a nova metodologia de cálculo para esse indicador, que expressa o total das riquezas produzidas pelo país e é aferido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nesses três anos, a previsão é que o superávit primário (receitas menos despesas, excluindo gastos com juros) fique em 3,8% do PIB. O governo central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) será responsável por uma economia para o cumprimento da meta de 2,2% do PIB (R\$ 60,8 bilhões). Já as estatais federais terão que economizar R\$ 18 bilhões em 2008 (0,65% do PIB). O restante ficará por conta dos estados, municípios e estatais estaduais e municipais.

O Programa Piloto de Investimentos (PPI) será de 0,45% do PIB o que, em 2008, representará R\$ 12,4 bilhões. Estão nesse programa as obras de infra-estrutura consideradas prioritárias pelo governo e incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Tais gastos podem ser abatidos do resultado primário, o que, na prática, reduziria o superávit para 3,4% do PIB. Com base nesses parâmetros, a expectativa é que a relação entre a dívida líquida do setor público e o PIB caia para 36%

até dezembro de 2010.

O governo federal espera que o dólar sofra uma valorização nos próximos anos. A baixa cotação da moeda norte-americana, hoje pouco acima de R\$ 2, é uma queixa constante das empresas exportadoras, porque o fenômeno encarece seus produtos no mercado externo. A expectativa do governo é que o dólar feche em R\$ 2,17 neste ano, atingindo R\$ 2,37 em 2010.

A proposta da LDO mantém a regra de reajuste para o salário mínimo ainda vigente, com reposição da inflação mais aumento real com base no PIB do ano anterior, mas admite a

Governo estima que o dólar, hoje pouco acima de R\$ 2, valerá R\$ 2,37 até 2010

aplicação de outro critério que venha a ser aprovado em lei específica. Ou seja, o texto garante cobertura para a adoção da regra de re-

Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), ainda em tramitação, que prevê ganho real com base na taxa do PIB de dois anos antes, além da inflação.

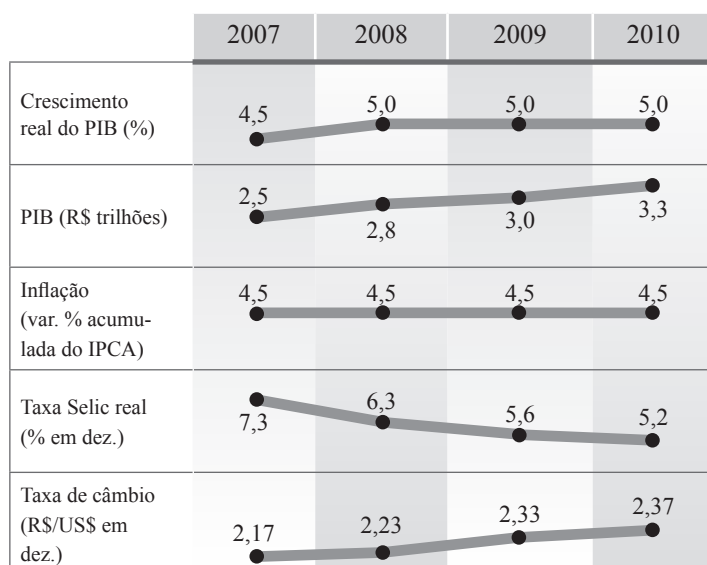
As metas programadas consideram que a inflação medida pelo IPCA (índice oficial usado pelo governo para medir a inflação, calculado pelo IBGE) deverá manter-se dentro das metas fixadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) para o triênio de 2008 a 2010, em torno de 4,5%, com intervalo de variação de dois pontos acima ou abaixo.

A aposta é que os juros reais (taxa Selic, fixada pelo Conselho de Política Monetária, menos a inflação) caiam progressivamente, chegando a 7,3% em dezembro e a 5,2% no final de 2010.



Previsões otimistas

Como deverão se comportar os principais indicadores econômicos, de acordo com o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias enviado pelo governo ao Congresso



Fonte: Ministério do Planejamento

Apertando o cinto

O governo e as estatais terão que economizar quase R\$ 79 bilhões em 2008 para cumprir as metas fiscais definidas no projeto da LDO

Discriminação	2008		2009		2010	
	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB
Receita primária (antes do pagamento de juros)	657.043,70	23,8	727.916,00	24,02	803.283,20	24,17
Despesa primária (antes do pagamento de juros)	596.214,50	21,6	661.242,30	21,82	730.154,20	21,97
Resultado primário governo central (Receita menos despesas)	60.829,20	2,2	66.673,70	2,2	73.128,90	2,2
Resultado primário empresas estatais federais	17.972,30	0,65	19.699,00	0,65	21.606,30	0,65
Resultado primário governo federal (governo central mais estatais)	78.801,40	2,85	86.372,70	2,85	94.735,20	2,85
Resultado nominal governo federal	-30.760,00	-1,1	-25.113,00	-0,83	-16.214,00	-0,49
Dívida líquida governo federal	748.247,00	26,6	769.442,00	24,89	781.609,00	23,02

Fonte: Ministério do Planejamento

Projeto de lei sob a lupa do Congresso

O projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2008 foi enviado pelo governo ao Congresso em 13 de abril. Desde então, os integrantes da Consultoria de Orçamento, Fiscalização e Controle do Senado têm

auxiliado na análise técnica do projeto. Nestas páginas, encontra-se uma avaliação dos consultores sobre os principais aspectos do projeto de lei, bem como uma comparação com a LDO 2007.



MÁRCIA KALUJNE

As deliberações dos senadores e deputados que integram a Comissão Mista de Orçamento terão o auxílio da análise técnica da LDO feita pelos consultores do Senado e da Câmara

Reservas cambiais e recursos do Tesouro para financiar crescimento

FERNANDO VEIGA BARROS E SILVA
Consultor de Orçamentos do Senado

Para que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) cumpra seus objetivos, o governo entende necessária a adoção de medidas que aumentem a taxa de investimento, pela aplicação de recursos públicos em despesas de capital selecionadas – bens de infra-estrutura – e estímulo aos investimentos privados. Ocorre que, ao lado da expansão dos investimentos, o PAC visa assegurar a disciplina fiscal, procurando conciliar a programação de investimentos a cargo do setor público com austeras metas de resultado fiscal. Presume-se que a redução do endividamento estatal possa ocasionar a expansão da oferta de crédito ao setor privado, alavancando-lhe investimentos.

A despeito de teoricamente correta, não deixa de causar ceticismo a perspectiva de que crédito e investimento possam se relacionar tão perfeitamente. Afinal, o crédito, no Brasil, tem custo elevado. O quadro de incerteza não elimina as possibilidades de êxito do PAC, mas as reduz e demonstra necessária a formulação de alternativas para se mobilizar recursos disponíveis na economia.

No atual panorama da economia brasileira, existem dois ativos financeiros com volume e disponibilidade suficientes para a implementação dessa alternativa:

as reservas internacionais e os recursos da conta única do Tesouro Nacional. O uso combinado desses ativos pode tornar exequível a estruturação de linha de crédito direcionada ao financiamento de parte dos investimentos requeridos pela economia: bens de capital importados.

A arquitetura da alternativa proposta seria a seguinte: parte das reservas internacionais, em moedas conversíveis, seria direcionada a operações oficiais de financiamento da importação de bens de capital, mediante ação conjunta do Tesouro, do Banco Central e de agentes financeiros. Em contrapartida, haveres internos seriam constituídos perante o importador/investidor, em nome do Tesouro Nacional. O custo da operação, para o importador/investidor, seria fixado em nível que propiciasse a recuperação do custo de

Reservas hoje estão voltadas às necessidades de financiamento de outros países

oportunidade e a adequada remuneração do Tesouro. Os créditos da operação de financiamento se destinariam à redução da dívida interna em poder do mercado.

Na situação atual, as reservas internacionais do país estão voltadas à cobertura de necessidades de financiamento de outros países. Na sistemática proposta, os haveres externos (reservas internacionais) seriam convertidos em haveres internos remunerados em nível compatível com o custo da dívida interna, alavancando investimentos internos, sem colocar em risco a liquidez externa do país nem alterar as políticas monetária e cambial.

Como viabilizar o controle das despesas obrigatórias

WEDER DE OLIVEIRA
Consultor de Orçamentos do Senado

A mais significativa e complexa inovação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), no âmbito da União, no que tange ao controle do crescimento da despesa pública foi a instituição de condições (severas) para criação ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado. Enquanto o montante destinado às chamadas despesas discricionárias é definido anualmente no contexto do processo orçamentário, o montante para custear as despesas obrigatórias é definido ex ante, a partir do número de beneficiários habilitados e dos valores a que legalmente têm direito.

Nesse contexto, a Lei de Responsabilidade Fiscal estabeleceu que o ato legal do qual derivar a criação ou aumento de despesa obrigatória deve estar acompanhado de estimativa do impacto orçamentário e financeiro para um período de três anos e ter seus efeitos financeiros compensados por uma redução de despesas permanentes ou um aumento permanente de receitas ou ambos. As medidas de compensação devem constar do ato que criar ou aumentar a despesa obrigatória.

À simplicidade dessa lógica se contrapõe a complexidade da operaciona-

lização. O maior obstáculo à efetivação desse controle reside na compensação dos efeitos financeiros, dadas as enormes dificuldades técnicas, legislativas e políticas para aprovar simultaneamente aumento e compensação.

Para superar tais dificuldades, desde a primeira Lei de Diretrizes Orçamentárias pós-LRF vem sendo apresentada como fonte de compensação um montante de recursos denominado de “margem de expansão das despesas obrigatórias”, basicamente diferença entre aumento real de receita e aumento de despesas obrigatórias existentes.

Contudo, para que a margem de expansão possa constituir efetivo instrumento para controle do crescimento das despesas obrigatórias (o que ainda não aconteceu) é imprescindível que questões cruciais sejam enfrentadas e resolvidas pelo Congresso Nacional, como: definição clara do conceito e da metodologia de cálculo; modificações substanciais nos processos legislativo e orçamentário; controle da utilização da margem de expansão e definição do órgão encarregado de exercer tal controle. A implantação consistente desse sofisticado sistema demandará determinação política e estruturação técnica adequada, como têm demonstrado experiências realizadas em outros países.

Programas obrigatórios têm efeito perene sobre o Tesouro

Definição de metas e prioridades deve ter colaboração entre Poderes

FÁBIO GONDIM

Consultor-geral de Orçamentos do Senado

JOSÉ DE RIBAMAR PEREIRA DA SILVA
Consultor de Orçamentos do Senado

O anexo de metas e prioridades, que costuma ser um dos principais alvos de emendas parlamentares, não foi encaminhado no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2008, como manda a Constituição. Como se tem verificado, o Executivo não encaminha o anexo no primeiro ano do mandato presidencial. O argumento é que não

seria possível enviá-lo porque ainda não existe o Plano Plurianual no qual ele deveria se basear.

Não se pode subtrair do Congresso a prerrogativa constitucional de definir prioridades que devem orientar a elaboração da lei orçamentária. Mas, tal como foi proposto o projeto, somente ao Executivo caberá a definição de metas e prioridades que constarão do próximo projeto de lei orçamentária.

De todo modo, mesmo nos anos em que os anexos são aprovados pelo Congresso, fica evidente a pouca atenção dada às metas e prioridades fixadas. São exemplos disso o fato de o Executivo ter a faculdade de alterar o teor do anexo;

a inexistência de um classificador que permita o acompanhamento da execução das ações prioritárias; a concorrência do Anexo com outras categorias de prioridades, como o Programa de Aceleração do Crescimento; e a falta de obrigatoriedade de inclusão, nas leis orçamentárias, das prioridades fixadas na LDO.

O Congresso, no entanto, pode propor alterações no projeto de LDO em tramitação no sentido de resgatar suas prerrogativas constitucionais. Se os parlamentares decidirem elaborar um anexo com a classificação orçamentária da despesa, seria oportuno que se estabelecesse normativo, no texto da lei, a fim de dar efetividade às metas e

prioridades previstas no anexo, estabelecendo que elas sejam de fato incluídas na lei orçamentária e executadas com preferência sobre as outras despesas discricionárias.

Vale ressaltar, por outro lado, que a proteção de determinados grupos de gasto do contingenciamento, por exemplo, consiste num tipo de ação de governo que devem constar da lei orçamentária e merecer acompanhamento especial também pode representar um avanço na definição de prioridades.

Eis uma importante agenda de trabalho, parte do esforço de aprimorar o planejamento de políticas públicas.

Ausência de inovações significativas

O projeto da LDO para 2008, já enviado pelo governo, não inova significativamente em relação à LDO de 2007. Veja no quadro abaixo as principais diferenças entre as duas propostas, bem como os dispositivos incluídos na LDO do ano anterior pelo Congresso Nacional e que foram objeto de veto presidencial.

LDO 2007 (LEI 11.439, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006)		PLDO 2008
A LDO/2007 estipulou em R\$ 4,59 bilhões o valor do Projeto Piloto de Investimentos (PPI), cuja execução possibilita a redução da meta de resultado primário. O PLN 1/07, recentemente aprovado na CMO, eleva esse valor a R\$ 11,28 bilhões	Possibilidade de redução da meta de superávit primário	O PLDO/2008 estipulou em R\$ 12,36 bilhões a programação relativa ao PPI
O Congresso Nacional acresceu dispositivo ao PLDO/2007 determinando que as despesas correntes primárias constantes dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social deveriam ter sua participação, em percentual do PIB estimado, reduzida em pelo menos 0,1 ponto percentual em relação ao estimado para 2006, excluídas as despesas que especificou. O dispositivo foi objeto de veto presidencial	Redução de despesas correntes	O PLDO/2008 não traz qualquer dispositivo relativo à redução de despesas correntes
O Congresso Nacional acresceu dispositivo ao PLDO/2007 determinando que a despesa relativa a publicidade, diárias, passagens e locomoção não excedesse, no âmbito de cada Poder, a 90% das despesas de mesma natureza empenhadas no exercício de 2006	Redução de despesas com publicidade, diárias, passagens e locomoção	O PLDO 2008 não trouxe esse dispositivo
O Congresso Nacional acresceu dispositivo ao PLDO/2007 determinando que as propostas de atos que resultassem em criação ou aumento de despesa obrigatória de caráter continuado tivessem parecer sobre a compatibilidade e adequação orçamentária e financeira, tanto no Poder Executivo quanto no Legislativo	Controle da expansão das despesas obrigatórias	O PLDO 2008 não trouxe esse dispositivo
A LDO/2007 definiu, em anexo próprio, as prioridades e metas da administração pública federal para o exercício, as quais teriam precedência na alocação de recursos na lei orçamentária anual	Anexo de metas e prioridades	O PLDO/2008 remeteu à lei do Plano Plurianual 2008/2011, cujo projeto será encaminhado ao Congresso Nacional até 31 de agosto do corrente ano, a definição das metas e prioridades para o exercício de 2008
A LDO/2007 definiu que, no projeto de lei orçamentária, a destinação dos recursos relativos a programas sociais conferisse prioridade às áreas de menor Índice de Desenvolvimento Humano	Promoção da igualdade racial e de gênero	No PLDO/2008, a priorização deve ocorrer não apenas para as áreas de menor Índice de Desenvolvimento Humano, como também às ações que visam a promoção da igualdade racial e de gênero
Por força do PLN 1/07, recém-aprovado, a LDO/2007 passou a permitir a redução dos limites mínimos de contrapartida para transferências aos estados, Distrito Federal e municípios para saneamento ambiental, habitação, urbanização de assentamentos precários, perímetros de irrigação, ações do Proágua Infra-Estrutura e programação do PPI, bem como a redução dos limites mínimos de contrapartida para a realização de transferências voluntárias em geral	Redução da contrapartida para transferências	O PLDO/2008 repete o dispositivo, que não constava do texto original da LDO/2007
A LDO/2007 garantiu aumento real para o salário mínimo em percentual equivalente ao crescimento real do PIB per capita de 2006	Salário mínimo	O PLDO/2008 garante aumento real para o salário mínimo em percentual equivalente ao crescimento real do PIB per capita de 2007 ou outro índice que vier a ser estabelecido em legislação superveniente, como o proposto no âmbito do PAC. Esse programa prevê que no período compreendido entre 2008 e 2011, o salário mínimo sofrerá reajustes iguais à inflação (INPC) mais a taxa de crescimento real do PIB com dois anos de defasagem
O PLDO/2008 determinou que os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e o Ministério Público da União tivessem como limites na elaboração de suas propostas orçamentárias a despesa com a folha de pagamento calculada de acordo com a situação vigente em abril de 2006, projetada para o exercício de 2007, considerando os eventuais acréscimos legais	Despesas com pessoal	O PLDO/2008 determina que os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e o Ministério Público da União terão como limites na elaboração de suas propostas orçamentárias a despesa com a folha de pagamento calculada de acordo com a situação vigente em abril de 2007, projetada para o exercício de 2008, considerando os eventuais acréscimos legais, ou outro limite que vier a ser estabelecido por legislação superveniente, como o proposto no âmbito do PAC. Esse programa cria um teto de 1,5% para o crescimento real anual da folha de pagamento da União
A LDO/2007 determinou que, em caso de não aprovação do projeto de lei orçamentária no final de 2006, as programações elencadas poderiam ser executadas a partir de janeiro de 2008. Dentre tais programações não constavam despesas de capital	Execução provisória	O PLDO/2008 incluiu as despesas de capital, inclusive as constantes do Orçamento de Investimentos, entre as programações passíveis de execução em caso de não aprovação do projeto de lei orçamentária no final de 2007

Reserva de contingência

Constata-se que o texto do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2008 manteve, em essência, o disposto na LDO 2007 para as reservas de contingência, fiscal e vinculada. Assim, a reserva de contingência fiscal equivalerá, no projeto de lei orçamentária, a, no mínimo, 2% da receita corrente líquida, e a 1% na lei, sendo pelo menos metade da reserva, no projeto, considerada despesa primária.

Cabe observar que, dessa forma, faculta-se ao Poder Executivo classificar

metade da reserva como despesa financeira no projeto. Caso isso ocorra, toda a reserva remanescente na lei também será financeira. Como se sabe, tal procedimento pode trazer problemas para o acompanhamento da execução orçamentária, tendo em vista que, ao usar reserva financeira como fonte para abertura de créditos adicionais – que usualmente resultam em gastos primários –, é necessário contingenciar outras despesas primárias em igual montante para assegurar a manutenção do superávit.

Lei define o Orçamento para o ano seguinte

O projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2008 chegou ao Congresso no último dia 13 de abril – ele tem que ser enviado pelo Executivo até 15 de abril de cada ano. Trata-se de uma das peças que dão origem ao Orçamento da União, formado pelo Orçamento Fiscal, da Seguridade e de Investimento das empresas estatais federais.

É essa lei que estabelece as metas e prioridades para o exercício do ano seguinte; orienta a elaboração do Orçamento e dispõe sobre alteração na legislação tributária. Ela tem suprido a falta de uma lei geral de finanças públicas, prevista na Constituição, mas ainda não aprovada.

Além da Lei de Diretrizes, são peças do processo orçamentário: o Plano Plurianual (PPA) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). O Executivo elabora e envia ao Congresso esses projetos para análise e aprovação.

O projeto de lei do PPA define as prioridades do governo para um período de quatro anos e deve ser enviado pelo presidente da República ao Congresso até 31 de agosto do primeiro ano de seu mandato.

O projeto deve conter “as diretrizes e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos



José Maranhão: mudanças introduzidas pela Resolução 1/06 vão “otimizar o trabalho de elaboração e votação das peças orçamentárias”

programas de duração continuada”. A LDO cumpre o papel de estabelecer a ligação entre as prioridades de longo prazo do PPA e as ações previstas na Lei Orçamentária Anual.

É com base no Plano Plurianual que o Executivo elabora anualmente a LDO. E, a partir dessa lei, uma vez aprovada pelo Legislativo, a Secretaria de Orçamento Federal elabora o projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) para o ano seguinte. O governo tem que enviar o projeto da LOA ao Congresso até 31 de agosto de cada ano.

Nenhuma despesa pública pode ser executada fora do Orçamento. Se durante o exercício houver necessidade de despesas acima do limite previsto na lei, o Executivo submete ao Congresso projeto de lei de crédito adicional. Por outro lado, crises

econômicas podem obrigar o Executivo a editar os decretos de contingenciamento, que reduzem os limites de gastos. Todas essas alterações orçamentárias ocorrem dentro dos limites permitidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pela LDO.

O Orçamento é analisado no Congresso na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO). Deve ser aprovado até o final de cada legislatura. Depois de aprovado, ele é sancionado pelo presidente da República e vira lei.

O presidente da CMO, senador José Maranhão (PMDB-PB), disse que as mudanças introduzidas pela Resolução 01 (ver quadro abaixo), aprovada em dezembro de 2006, vão democratizar a comissão e “otimizar o trabalho de elaboração e votação das peças orçamentárias”.

ROOSEWELT PINHEIRO

Entrevista

"Votação do Orçamento terá mais celeridade"

O senador Romero Jucá (PMDB-RR), líder do governo no Senado, foi relator-geral da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2007. Por causa dessa experiência com as engrenagens do Orçamento, ele falou ao Jornal do Senado sobre a Resolução 1/06 do Congresso, que altera a tramitação das leis orçamentárias e o funcionamento da Comissão Mista de Orçamento (CMO).

O senhor acredita que a redução no número de integrantes da CMO, definida pela Resolução 1/06, pode facilitar os trabalhos da comissão?

A redução vai fazer com que seja necessário um quórum menor, o que facilitará a realização de mais reuniões. Nós tínhamos sérios problemas para reunir o quórum necessário para aprovar as matérias. A redução enxuga, diminui a burocracia da comissão e, portanto, facilita o debate e a aprovação do Orçamento de 2008.

A descentralização do poder de alocar recursos, da relatoria geral para as relatorias setoriais e as comissões permanentes, aprimora o processo orçamentário?

A nova regra descomprime o poder do relator-geral, ou seja, democratiza os recursos para os relatores setoriais. São novos personagens importantes na elaboração do Orçamento, o que faz com que haja um debate mais forte e se busque o consenso.

Como será o rodízio de relatores das leis orçamentárias e de relatores setoriais?

Os relatores não poderão ser os mesmos de um ano para o outro. Haverá um rodízio inclusive da relatoria setorial escolhida pelo partido, ou seja, do tema a ser escolhido. Isso faz com que se tenha participação de mais pessoas, aprimorando o processo orçamentário.

As emendas individuais permitidas por parlamentar foram aumentadas de 20 para 25. Essas emendas já foram muito criticadas por

permitirem desvios de recursos do Orçamento para fins espúrios. O senhor acha que pode continuar a haver problemas com essas emendas individuais?

Não. Acredito que a emenda individual é uma prerrogativa do parlamentar de alocar recursos para o seu estado e municípios em atividades que possam melhorar a vida da população. O que tem que haver, e nós fizemos isso nas novas regras de tramitação do Orçamento, é um rigor maior quanto a essas emendas, uma fiscalização maior com a aplicação de recursos. O erro não está na emenda, está na destinação errada que se dá a uma emenda. E o parlamentar que agir de forma errada será responsabilizado.

O mesmo vale para as “rachadinhas”, as emendas de bancada genéricas, que podem dar margem a acordos posteriores para direcionamento de recursos?

Não serão mais admitidas emendas genéricas como nos anos anteriores. Elas terão que passar pela comissão de emendas. E terá que haver uma transparência maior na proposta de emendas, sejam individuais, de bancada ou de comissão.

O senhor acredita que as novas regras evitarão atrasos na aprovação do Orçamento?

Sim. No ano passado, conseguimos aprovar o Orçamento até o final do ano. Sem dúvida, com muito sofrimento, muitas noites maldormidas... Agora, com novas normas, haverá mais celeridade na aprovação do Orçamento de 2008.

CÉLIO AZEVEDO



Para Romero Jucá, emenda individual é uma prerrogativa do parlamentar, destinada a alocar recursos para seu estado ou município

Tramitação tem novas regras

A Resolução 1/06 do Congresso, aprovada em dezembro de 2006, altera os procedimentos de tramitação das leis orçamentárias e o funcionamento da Comissão Mista de Orçamento (CMO). Veja as principais mudanças:

- O número de integrantes caiu de 84 para 40 (dez senadores e 30 deputados), podendo subir para 42, com duas vagas (uma no Senado e outra na Câmara) aos partidos que não atingirem a proporcionalidade exigida para participar das comissões.

- A cada ano, a CMO terá seu quadro de integrantes totalmente renovado.

- Haverá rodízio dos relatores da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), do Plano Plurianual (PPA) e da Lei Orçamentária Anual (LOA). Um mesmo parlamentar só poderá exercer uma dessas relatorias a cada legislatura (quatro anos).

- Também haverá rodízio nas relatorias setoriais. Um mesmo partido não poderá responder

pela mesma área em anos consecutivos.

- As emendas individuais, ampliadas de 20 para 25, terão de identificar as entidades beneficiadas e deverão observar as prioridades definidas no parecer preliminar do relator-geral.

- Estão proibidas as “rachadinhas”, emendas de bancada genéricas que permitiam acordos posteriores para partilhar os recursos entre programas de interesse individual.

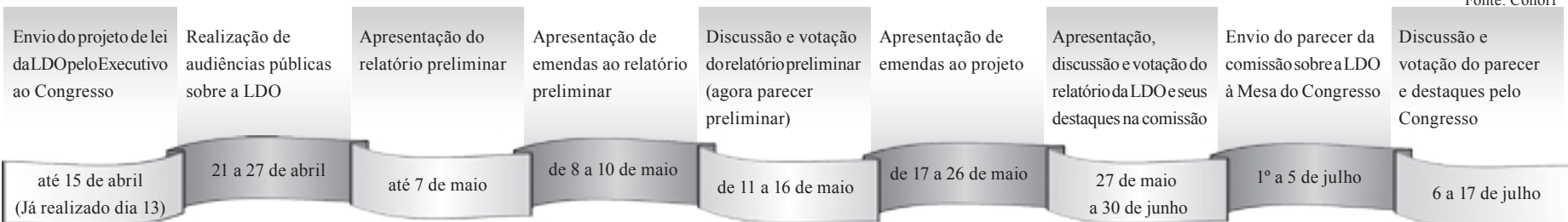
- Para impedir as “obras inacabadas”, as bancadas terão de assegurar anualmente os recursos até a conclusão do empreendimento.

- A LDO será discutida com o ministro do Planejamento, que deverá enviar cinco dias antes textos explicativos sobre o projeto.

- O relator da LDO deverá apresentar relatório preliminar com avaliação do cenário macroeconômico e social e com os parâmetros usados na sua elaboração, além das condições para apresentação de emendas e do parecer.

Cronograma de tramitação do projeto da LDO no Congresso

Fonte: Conorf



COMISSÕES

Intercâmbio Brasil-Nova Zelândia deve crescer

O Brasil e a Nova Zelândia poderão adotar um novo modelo de visto, que permitirá aos jovens de cada um dos dois países estudar e trabalhar no outro por até um ano. O anúncio da negociação do acordo foi feito na quinta-feira pelo embaixador designado para a Nova Zelândia, ministro de primeira classe Manoel Antônio da Fonseca Pereira, cuja indicação foi aprovada por unanimidade pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Depois dos atentados terroristas nos Estados Unidos e da adoção de maiores restrições à entrada de brasileiros na União Européia, observou Pereira, muitos jovens passaram a escolher a Nova Zelândia como destino não apenas para férias, mas também para o aprendizado da língua inglesa. O intercâmbio tem sido facilitado pela isenção de vistos para turistas.

Segundo o embaixador, existem atualmente cerca de 5 mil

brasileiros vivendo na Nova Zelândia, dos quais aproximadamente mil trabalham irregularmente em resorts turísticos. Até hoje, relatou, ainda não ocorreram reclamações a respeito da situação irregular desses brasileiros.

— Isso talvez se deva ao fato de que a Nova Zelândia viva um momento de prosperidade e de pleno emprego — disse Pereira.

Outra questão prioritária no relacionamento bilateral, adiantou ele, será a ampliação do intercâmbio científico durante o 4º Ano Polar Internacional. O embaixador reconheceu que o comércio bilateral ainda é modesto — US\$ 83 milhões, nos dois sentidos.

O relator, Marcelo Crivella (PRB-RJ), elogiou o trabalho feito por Pereira na repatriação de brasileiros que estavam nos Estados Unidos. A reunião da CRE foi presidida por Cristovam Buarque (PDT-DF) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

Embaixador indicado discute formas de aproximação dos dois países

MARCOS NEGRINI/SETCS/JAT



Distribuição de alimentos em MT: adição de ferro e ácido fólico prevenirá anemia e má-formação de bebês

Farinhas poderão ter ferro e ácido fólico

As farinhas de milho e trigo comercializadas em território nacional deverão ser adicionadas de ferro e ácido fólico. Apenas a farinha de mandioca poderá ser excluída da norma. O senador Pedro Simon (PMDB-RS), relator do projeto aprovado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), considerou procedente o argumento do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), de que a obrigatoriedade de enriquecer a farinha de mandioca, produzida artesanalmente nas regiões Norte e Nordeste, praticamente inviabilizaria a produção.

O projeto (PLC 85/06), que ainda será votado pelo Plenário, foi apresentado pelo então deputado Luiz Antônio Fleury. A pena em caso de descumprimento da lei é a apreensão do produto e multa de R\$ 15 mil por tonelada ou R\$ 30 mil, também por tonelada, em caso de reincidência.

A adição de ferro, destaca Si-

mon, previne anemias e aumenta o desempenho intelectual, especialmente das crianças. Quanto ao ácido fólico, por ser uma vitamina do complexo B, previne a má-formação de fetos. O enriquecimento de farinhas com ácido fólico é recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pela Organização Pan-Americana de Saúde (Opas).

Na justificativa do texto, o autor relata que a Associação de

Assistência à Criança Deficiente (AACD), entidade sem fins lucrativos, solicitou a ele a apresentação do projeto “como forma de toda mulher em idade fértil fazer uso de ácido fólico, de uma maneira simples e barata, e assim prevenir, a um custo extremamente baixo, a má-formação de milhares de bebês”. A entidade fez a sugestão com base na experiência norte-americana, onde a medida foi adotada com sucesso.

Substâncias previnem anemias

A medida aprovada pela CRA é uma suplementação de nutrientes, que hoje fica limitada a gestantes com acompanhamento médico e recursos para comprar os suplementos. O ácido fólico previne a má-formação do tubo neural do embrião no início da gravidez, o que pode levar

à paraplegia. O ácido fólico participa ainda da síntese de DNA e é importante na produção de energia e na formação das hemáceas. Ou seja, complementa o ferro na prevenção de anemias. Já o ferro faz parte da composição da hemoglobina, substância essencial das células vermelhas do sangue.



Mozarildo Cavalcanti (D) preside sabatina de Manoel Antônio Pereira, realizada na Comissão de Relações Exteriores

Comissão amplia acesso a programa de casa popular

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou por unanimidade, em caráter terminativo, projeto que altera dispositivos da legislação que criou o Programa Especial de Habitação Popular, como forma de aumentar a oferta de habitações para a população de menor poder aquisitivo (PLS 351/05). A proposta, do senador Pedro Simon (PMDB-RS), contou com o voto favorável do relator, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN). A reunião foi coordenada pela presidente do colegiado, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO).

O projeto dá nova redação aos artigos 2º e 7º da Lei 10.840/04, determinando que o programa deverá oferecer acesso a moradia adequada aos segmentos populacionais de renda familiar mensal de até cinco salários mínimos, em vez dos três salários mínimos previstos atualmente pela legislação.

Outra novidade é que as ações a serem financiadas com recursos do programa poderão ser executadas por cooperativas, associações locais e mu-

tirões habitacionais, além de empresas construtoras e até mesmo individualmente.

Além de serem destinados à produção ou aquisição de unidades habitacionais ou lotes urbanizados, os recursos alocados também são destinados à compra de material de construção e à urbanização de assentamentos.

De acordo com o projeto, Distrito Federal, estados e municípios deverão criar um conselho de habitação popular, do qual participarão representantes do poder público e da sociedade organizada. O conselho irá deliberar sobre a alocação dos recursos do programa; aprovar os projetos a serem financiados; e fiscalizar a execução dos projetos.

Na mesma reunião, o senador João Pedro (PT-AM) apresentou pedido de vista ao projeto do senador Paulo Paim (PT-RS) que institui o Fundo de Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária do Rio Grande do Sul (PLS 39/03). Pedro Simon apresentou parecer favorável à matéria.

Prioridade para infra-estrutura no campo

As obras de infra-estrutura nas áreas rurais deverão ser feitas prioritariamente em assentamentos de reforma agrária e comunidades de agricultura familiar. Projeto nesse sentido, do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), foi aprovado pela CRA e deve seguir direto para a Câmara dos Deputados, se não houver recurso para exame do Plenário do Senado. O parecer recomendando a aprovação coube ao senador Paulo Paim (PT-RS).

A agricultura familiar, argumenta Alvaro Dias, permite uma

ocupação de mão-de-obra até oito vezes maior que a obtida pela agricultura de maior escala. Além disso, o estímulo à construção de obras de infra-estrutura nessas comunidades representa uma forma de fixar o homem à terra.

O projeto (PLS 91/07) modifica artigo da lei sobre a política agrícola (Lei 8.171/91) que lista as obras de infra-estrutura abarcadas pelos investimentos públicos, como barragens, açudes, perfuração de poços, diques e comportas para projetos de irrigação, retificação de

cursos d'água e áreas alagadiças; mercados de produtor; escolas e postos de saúde rurais; energia, comunicação; saneamento e lazer.

A CRA acolheu ainda pedido de vista do senador João Pedro (PT-AM) a projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que abre a possibilidade de arrendamento compulsório — para utilização de trabalhadores rurais, sob a forma de subarrendamento — de parcelas de imóveis rurais que não estiverem cumprindo sua função social (PLS 52/05).

Audiência debaterá problemas da pecuária

No próximo dia 4, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado (CRA) e a Comissão de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados realizam debate sobre os problemas enfrentados pela cadeia produtiva da carne. O encontro será na 73ª Exposição Internacional de Gado Zebu,

no Salão Nobre da ABCZ, no Parque Fernando Costa, em Uberaba (MG). O requerimento solicitando a audiência foi apresentado pelo senador Joaquim Roriz (PMDB-DF).

Outra audiência da CRA, solicitada por Sibá Machado (PT-AC), deve fornecer subsídios para o exame do Estatuto do Produto Rural, projeto (326/06)

de Jonas Pinheiro (DEM-MT). Entre os convidados para o debate estão os ministros do Desenvolvimento Agrário e do Meio Ambiente; os presidentes da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), da Confederação da Agricultura (CNA) e da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetraf).

BANCO CENTRAL Segundo Torós, câmbio flutuante é uma das bases da melhoria dos indicadores econômicos

FOTOS: CÉLIO AZEVEDO



O economista Mário Gomes Torós (E) defendeu, em sabatina na CAE, a manutenção da política de intervenção do Banco Central no mercado de câmbio

Para novo diretor, BC “blindou” o país às crises

O economista Mário Gomes Torós defendeu no Senado a continuidade da política de intervenção do Banco Central no mercado de câmbio por meio de operações de compra para reforçar as reservas em dólar. Após ser sabatinado pelos senadores, Torós teve sua indicação para a Diretoria de Política Monetária do BC aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) – por 24 votos a 3 – e pelo Plenário – 52 votos a 7.

– O país passou ao largo das recentes crises no mercado internacional e o colchão de reservas que a gente tem contribuiu fortemente para que isso ocorresse – argumentou.

Vários senadores manifestaram preocupação com a valorização do câmbio, apontada como causa de dificuldades vividas por segmentos exportadores.

Francisco Dornelles (PP-RJ), por exemplo, expôs seu receio em relação à política cambial, pois ao mesmo tempo em que a acumulação de reservas fortalece a imagem do país no exterior, também estimula a entrada de mais recursos externos e, em consequência, valoriza o real.

Já Aloizio Mercadante (PT-SP), presidente da CAE, observou que a experiência de Torós com o mercado será fundamental neste momento em que a taxa de câmbio se encontra “um tanto quanto apreciada”. Para ele, o cenário é favorável à reversão desse processo.

César Borges (DEM-BA), por sua vez, protestou diante da prática recorrente do governo de indicar para o BC profissionais provenientes do mercado financeiro. Ele pontuou que nem sempre os interesses nacionais correspondem aos do mercado e acrescentou que a atual taxa de

juros do país penaliza os exportadores e impede o crescimento.

Torós reforçou a defesa do regime de livre flutuação, ressaltando que o BC deve intervir no mercado para reforçar as reservas ou sempre que a volatilidade ou a falta de liquidez do mercado indicarem essa necessidade. Para ele, os ganhos do câmbio flutuante compensam os custos de carregamento das reservas internacionais.

Passado não condena o país a juros altos

Pressionado a antecipar sua posição sobre a velocidade de redução da taxa Selic (os juros básicos da economia, hoje em 12,5% ao ano), Torós foi cauteloso. Segundo ele, os bancos centrais são dependentes dos dados da conjuntura, mas o país não está “condenado” a conviver com altas taxas de juros “por pavor” do passado de inflação alta.

– Estamos fazendo a travessia para a estabilização, mas devemos fazer isso [baixar os juros] para que os ganhos dos últimos tempos se consolidem – disse.

O economista destacou a melhoria dos indicadores econômicos do país nos últimos anos, a começar pela queda da inflação, passando pela melhoria do nível de emprego e da massa salarial. Para ele, isso seria o resultado de um arcabouço apoiado em três princípios: responsabilidade fiscal, política de metas de inflação e câmbio flutuante.

Além de absorver a idéia de que o governo só pode gastar o que arrecada, a sociedade, de acordo com Torós, também rejeita o descontrole dos preços, já que a inflação é o “imposto do pobre”, pois seus efeitos são mais perversos sobre as camadas de menor renda.

Quem é Mário Torós

Mário Gomes Torós foi designado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para substituir Rodrigo Telles da Rocha Azevedo na Diretoria de Política Monetária do Banco Central.

Economista formado pela

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Torós trabalhou por 15 anos no Banco Santander, em São Paulo e Londres.

Até julho de 2006, respondia pela vice-presidência desse banco, responsável pela área de Tesouraria e Mercados.

O relator da indicação foi o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), que emitiu parecer favorável à aprovação do nome de Torós, pelas qualificações técnicas, profissionais e acadêmicas reunidas no currículo.

Autonomia do BC e juros dominam o debate

A ausência das reformas estruturais é a principal causa dos juros altos no Brasil. A afirmação é de Arthur Virgílio (PSDB-AM), que participou da sabatina que precedeu a aprovação de Mário Gomes Torós como diretor de Política Monetária do Banco Central.

Virgílio defendeu a autonomia formal do BC e adiantou que está preparando proposta legislativa nesse sentido.

Para ele, a autonomia permitiria baixar imediatamente em dois pontos percentuais a taxa Selic.

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Aloizio Mercadante (PT-SP), defensor da redução mais rápida dos juros, aproveitou para criticar a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) em sua última reunião, quando a Selic foi reduzida em 0,25 ponto percentual, embora três diretores tenham defendido uma queda de 0,50 ponto percentual.

Mercadante disse esperar que Torós passe a “apoiar a mino-

ria” que vota pela queda mais rápida, já que o país vive uma conjuntura que favorece a desaceleração maior dos juros. O BC, reforçou, não deve perder “essa janela de oportunidade”.

O senador também afirmou que a experiência do economista em um grande banco particular (Santander) poderá ser usada agora “em função do interesse público”.

Ainda em relação à reunião do Copom, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) perguntou a Torós que posição ele adotaria se já estivesse participando do comitê – redução de 0,25 ou 0,50 ponto percentual.

Torós respondeu que seria deselegante falar sobre decisão de que não participou, acrescentando que não tinha elementos para uma avaliação.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) questionou se o economista segue a corrente “monetarista ou desenvolvimentista”. Torós limitou-se a dizer que considera que a manutenção da inflação baixa

é a maior contribuição que o BC pode dar ao país. Para ele, o Banco Central precisa criar um “horizonte de previsibilidade para que empresários possam investir e consumidores possam consumir”.

A Jayme Campos (DEM-MT), Torós observou que a razão principal para a valorização do real é o forte superávit da balança comercial, associada à entrada de capitais externos, que não seriam “especulativos”.

Valter Pereira (PMDB-MS) reforçou as críticas aos juros altos, questionando se o sabatinado iria “respaldar a política de agiotagem ou a redução das taxas”.

Torós disse considerar medidas alternativas para provocar a queda dos juros, entre elas, a concessão de crédito consignado, que estimula a concorrência bancária, a redução dos impostos sobre as operações bancárias e a revisão da estrutura dos compulsórios bancários.

Além disso, a maior oferta de crédito imobiliário pode ser uma “grande oportunidade para estimular o crescimento da economia como um todo”, acrescentou o economista.

Medidas alternativas podem reduzir taxas de juros, diz economista

“Reticências” ao financiamento dos estados

Torós afirmou também que hoje há “grandes reticências” no setor financeiro privado em relação a financiar estados e municípios. Ele disse que será preciso base legal no sentido de dar novas garantias aos financiadores, mesmo que os limites de endividamento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) sejam revistos. O tema foi levantado por Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que reconheceu a

contribuição da LRF para a estabilidade desfrutada hoje pelo país, mas ressaltou que os estados precisam agora de saídas para financiar seus projetos.

Em resposta a Kátia Abreu (DEM-TO), que criticou os efeitos da mudança do cálculo da taxa referencial (TR) sobre a remuneração dos recursos do FGTS, ele disse que as alterações eram necessárias. Explicou que a queda da inflação estava

tornando a TR, que é uma taxa de juros flutuante, incompatível com as taxas fixas balizadas pela Selic, situação considerada “insustentável para qualquer agente econômico, não apenas os bancos”.

Participaram ainda do debate os senadores Renato Casagrande (PSB-ES), Fernando Collor (PTB-AL), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) e Romero Jucá (PMDB-RR), líder do governo.

COMISSÕES

Secretário prevê dívida pública de 35,9% do PIB

A dívida líquida do setor público com relação ao produto interno bruto (PIB) deve cair dos 44,9% registrados no ano passado para 35,9% em 2010 – o maior pique, desde 1994, ocorreu em 2003, quando esse percentual chegou a 57,2%. A previsão é do secretário do Tesouro Nacional, Tarcísio Godoy, que participou na terça-feira de audiência pública sobre o assunto na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Ele admitiu, no entanto, que a dívida bruta do governo com relação ao PIB continua em patamares elevados – superior a R\$ 1 trilhão.

Godoy explicou os diversos conceitos de dívida (interna, externa, contratual, mobiliária, líquida, bruta) e de negociações de títulos no mercado. Ele afirmou que está aumentando o interesse dos investidores estrangeiros pelo Brasil, dada a maior credibilidade da moeda brasileira.

A dívida líquida do setor público (DLSP) engloba as obrigações do setor público – deduzidas de seus créditos – perante o sistema financeiro, o setor privado não financeiro e governos e instituições de outros países. Inclui as contas do governo central – Tesouro Nacional, Banco Central e Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) –, estados, municípios e respectivas empresas estatais.

Já a dívida bruta do governo geral (DBGG) abrange o total das dívidas do governo federal (incluindo administração direta e indireta, exceto o Banco Central e o INSS) e dos governos estaduais junto ao setor privado. É a dívida mais usada como referência pelas agências de classificação de risco, que avaliam o desempenho econômico e político para investimento nos países.

Tarcísio Godoy falou também a respeito do Embi-Brasil (Índice de Bônus de Mercados Emergentes), uma carteira teórica composta por

papéis da dívida brasileira negociados no mercado internacional que reflete a oscilação média dos preços. Quando esse índice sobe, significa queda de confiança no Brasil, e vice-versa. A pontuação do Embi, segundo o secretário, significa quanto os papéis brasileiros pagam além dos juros dos títulos de dez anos do Tesouro americano.

Para este ano, as diretrizes do governo, segundo o secretário do Tesouro, incluem o alongamento do prazo da dívida pública federal, principalmente por meio do aumento do prazo médio dos títulos emitidos em oferta pública, e a redução do percentual dessa dívida vincendo em 12 meses, o que contribui para reduzir o risco de refinanciamento.

O governo pretende também substituir gradualmente os títulos remunerados pela taxa básica Selic e pela variação cambial por títulos com rentabilidade prefixada ou vinculada a índices de preços o que, entre outros aspectos, diminui a volatilidade dos vencimentos da dívida pública federal, observou Godoy.

Outra decisão para este ano é fazer emissões qualitativas de títulos em moeda estrangeira, observadas as condições de mercado, e incentivar o desenvolvimento das estruturas a termo de taxas de juros para títulos públicos federais nos mercados interno e externo. Por último, o governo pretende ampliar a base de investidores.

Para a dívida pública externa, o governo vai manter a estratégia de correção de distorções na curva de juros externa. O secretário do Tesouro informou ainda que a moeda estrangeira necessária para o financiamento até 2008 será adquirida no mercado local de divisas ou, alternativamente, por meio de aquisição de reservas internacionais perante o Banco Central.

CMA debaterá pedágios e contratos em rodovias

A cobrança de pedágios e o controle dos contratos com as concessionárias e parcerias em rodovias federais serão temas de audiência pública na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). De acordo com requerimento aprovado na terça-feira, serão convidados o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Ter-

restres (ANTT), José Alexandre Resende, e o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Augusto Nardes.

O requerimento da audiência foi apresentado por Marconi Perillo (PSDB-GO) em parecer relativo a aviso do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre auditoria realizada no extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER).



Tarcísio Godoy, ao lado de Mercadante: credibilidade do real aumenta interesse de investidores

Política fiscal será mantida, afirma Godoy

Durante o debate realizado após a exposição do secretário do Tesouro Nacional, Tarcísio Godoy, o presidente da CAE, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), disse temer que o esforço do governo em busca de mais investimentos no país seria fragilizado se houvesse mudanças nas metas fiscais. Para ele, é arriscado fazer qualquer alteração na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

– Sempre há esse risco. Vejo isso em alguns projetos de parlamentares e até em propostas de governadores. Ou mantemos o caminho de austeridade fiscal ou pagaremos um preço muito caro – afirmou Mercadante, lembrando que mudanças nessa lei agravariam o processo de

endividamento público.

Godoy garantiu aos senadores que o objetivo do governo é manter a LRF e que as metas fiscais serão cumpridas. A lei, frisou, é “orai e vigiai”, pois a responsabilidade fiscal deve ser mantida a todo tempo, para garantir a sustentabilidade da administração da dívida e a política de desenvolvimento da economia.

O senador Valter Pereira (PMDB-MS) condenou a elevada taxa de juros, contabilizando que a dívida pública líquida atual, de R\$ 1,66 trilhão, em oito anos estará em R\$ 1,77 trilhão.

– Essa política de juros deve ser discutida, senão vai devorar o setor público brasileiro. Na dívida externa, a questão está

equilibrada, mas a questão é a dívida interna – declarou.

De acordo com Godoy, a dívida externa só está solucionada porque o governo administra a dívida interna.

O senador Francisco Dornelles (PP-RJ) elogiou a atuação de Tarcísio Godoy, afirmando que a dívida pública vem sendo muito bem administrada. Dornelles fez perguntas sobre déficit nominal e a metodologia empregada para obter dados da dívida pública em comparação com outros países.

Os senadores Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), Eduardo Suplicy (PT-SP), Romeu Tuma (DEM-SP) e Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) também participaram do debate.

Governo promete “revolução” tributária

O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, levou ao Senado, na segunda-feira, a promessa do governo federal de que a proposta de reforma tributária a ser enviada ao Congresso no meio do ano simplificará o sistema de tributos indiretos; reduzirá drasticamente a sonegação, sem aumento da carga tributária; desonerará a cesta básica; acabará com a guerra fiscal; e elevará os investimentos, melhorando ao mesmo tempo as bases do desenvolvimento regional.

– Será uma revolução – resumiu Appy, durante reunião da Subcomissão Temporária da Reforma Tributária, presidida por Tasso Jereissati (PSDB-CE).

Segundo Appy, a diferença entre essa proposta e a anterior é que a criação do mecanismo de nota fiscal eletrônica e a percepção de que a guerra fiscal entre os estados e entre os municípios prejudica a todos criaram as condições para as mudanças que estão sendo estudadas.

– Falta agora obtermos o maior consenso possível entre as esferas federal, estadual e municipal, os empresários e a classe política – observou Appy. Entre as questões pendentes está a competência para a cobrança do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) estadual. Do ponto de vista da racionalidade do sistema, o ideal é que o

imposto seja cobrado no estado de destino, mas a cobrança de uma fração no estado de origem do produto poderia estimular a fiscalização.

Basicamente, o governo pretende substituir o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS, estadual) e o Imposto sobre Serviços (ISS, municipal) por um IVA estadual. Os quatro impostos federais indiretos – Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) e o PIS (Programa de Integração Social) – seriam substituídos por um IVA federal. No caso do IVA estadual, ainda é incerto que os prefeitos aceitem a incorporação do ISS ao tributo estadual, o que limitaria a mudança ao ICMS.

Appy explicou que a nota fiscal eletrônica – possível a qualquer empresa com um computador e um acesso à internet – não só permitirá fiscalização mais rigorosa, mas também oferecerá ao governo uma base segura de dados para fixar alíquotas e estabelecer compensações entre empresas, estados e municípios, de modo a limitar

o número de perdedores com o novo sistema.

– Só os sonegadores vão perder – disse o secretário.

O secretário foi questionado pelos senadores Francisco Dornelles, Marcelo Crivella (PRB-RJ) e pelo próprio Jereissati, sobre a ausência de propostas para mudar o Imposto de Renda (IR), considerado um tributo regressivo, ou seja, que proporcionalmente taxa mais os assalariados e os mais pobres do

que as empresas e os mais ricos. Appy respondeu que eventuais mudanças no IR devem ser estudadas, mas que a reforma tributária deveria se centrar nos im-

postos indiretos, que causam as maiores distorções.

O secretário explicou que a ideia do governo é realizar uma transição lenta (entre seis e 12 anos) do atual sistema para os dois IVAs, melhorando ao mesmo tempo o sistema de partilha dos impostos federais com os estados e municípios, o que resultaria em mudanças significativas do chamado pacto federativo.

O senador Neuto de Conto (PMDB-SC), que também participou da reunião, pregou a necessidade de uma reforma tributária profunda.

Appy diz que a ideia é fazer uma transição lenta, entre seis e 12 anos

COMISSÕES



Consumidor paga mais caro por instrumentos importados, sobre os quais ainda há tributos maiores. O músico Frejat (D) defende benefício também para produtos nacionais

Instrumento musical pode ter isenção

Ao final de audiência pública realizada na terça-feira na Comissão de Educação (CE), o senador Paulo Paim (PT-RS) anunciou a intenção de elaborar um substitutivo ao Projeto de Lei do Senado 345/06, que concede isenções fiscais aos instrumentos musicais importados. Relator da proposta, de autoria do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), Paim disse que pretende conciliar os interesses dos músicos profissionais e da indústria nacional de instrumentos.

— Sabemos que há uma resistência ao projeto por parte da Receita Federal. E será difícil caminharmos para que o texto seja aprovado e não sofra veto presidencial se não demonstrarmos um entendimento entre os profissionais da música e a indústria — alertou Paim.

De acordo com o projeto, os instrumentos importados seriam beneficiados com a isenção do Imposto de Importação, do PIS-Cofins-Importação e da Cofins-Importação. A medida agradou

aos músicos, mas preocupou os fabricantes brasileiros.

A presidente do Sindicato dos Músicos Profissionais do Rio de Janeiro, Déborah Cheyne Prates, afirmou que 100% dos instrumentos de sopro e 75% dos de corda usados nas orquestras brasileiras são importados. Em defesa do projeto, ela lembrou que a indústria nacional ainda não alcançou o patamar de qualidade exigido por essas orquestras.

Por sua vez, o músico Roberto Frejat defendeu a redução da carga tributária também sobre os fabricantes nacionais, para que eles tenham melhores condições de competir com os produtos importados.

O diretor-superintendente da Weril Instrumentos Musicais, Nelson Eduardo Weingrill, frisou que a indústria nacional não apóia o projeto tal como se encontra,

uma vez que abrange todos os instrumentos.

O presidente da Associação Nacional dos Pequenos e Médios Fabricantes de Instrumentos Musicais, Alberto Bertolazzi, declarou ser a favor da importação de instrumentos de alto nível para as orquestras, mas contra a importação de instrumentos de baixa qualidade, que prejudicariam a indústria nacional. Ele sugeriu ainda a exigência do uso de madeira certificada nos instrumentos adquiridos do exterior.

Durante o debate, o senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) demonstrou preocupação em saber como a lei distinguiria instrumentos de alta e baixa qualidades. Os senadores Romeu Tuma (DEM-SP), Wellington Salgado (PMDB-MG) e Marisa Serrano (PSDB-MS) defenderam a busca de uma solução negociada entre os músicos e a indústria.

Possibilidade de benefício na importação divide músicos e indústria

Etanol em debate com embaixador dos EUA

O senador João Tenório (PSDB-AL), presidente da Subcomissão de Biocombustíveis, reuniu-se na terça-feira em seu gabinete com o embaixador dos Estados Unidos, Clifford Sobel, para tratar da parceria estratégica do Brasil com aquele país para a produção do etanol. Participaram do encontro os senadores Sibá Machado (PT-AC), vice-presidente da subcomissão, e Eduardo Azeredo (PSDB-MG), vice-presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE).

Segundo João Tenório, um dos assuntos em destaque foi o crescimento da produção de álcool no mundo, e especialmente no Brasil, diante da abertura efetiva dos mercados internacionais. Como pontuou o senador, “há movimentos importantes, mas ainda não existe nada de concre-

to” no que se refere à expansão dos mercados.

Nesse sentido, ele informou que o embaixador Sobel convocou os parlamentares a participar de discussões com o Congresso americano com o intuito de retirar ou reduzir a taxa sobre o biocombustível brasileiro nos Estados Unidos. Atualmente, o governo americano cobra US\$ 0,54 por galão de álcool brasileiro.

O embaixador também questionou os senadores, de acordo com João Tenório, quanto à possibilidade de a ocupação de áreas para cultivo da cana-de-açúcar, matéria-prima do etanol, vir a prejudicar a produção de alimentos, preocupação que vem sendo manifestada em várias partes do mundo.

— Quando se analisa a questão, fica muito claro que, em 2010,

quando terminar a implantação de novas usinas no Brasil, a cana ocupará 8,5 milhões de hectares de terra, apenas. Para título de comparação, o cultivo de grãos ocupa cerca de 50 milhões de hectares — disse o senador.

Os participantes do encontro também discutiram como utilizar o capital financeiro internacional para desenvolver, com tecnologia brasileira, outras áreas produtoras de álcool no mundo, como a América Central e o Caribe.

Sobel destacou que tanto o presidente Lula quanto o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, desejam que o etanol se transforme em uma commodity (produto que pode ser negociado na bolsa de valores), conforme foi expresso em encontro recente dos dois, em Camp David (EUA).



Um concerto de impostos

Os fabricantes e vendedores de instrumentos musicais reclamam que o excesso de tributação eleva o preço do produto em até 40%. Veja quais são os impostos e contribuições devidos pela indústria nacional

Audiência pública discutirá profissão de comerciante

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou requerimento do senador Pedro Simon (PMDB-RS) para a realização de audiência destinada a debater o projeto que regulamenta a profissão de comerciante (PLS 152/07). A pedido de Paulo Paim, também será discutida proposição de sua autoria sobre o assunto (PLS 115/07). Os dois projetos poderão tramitar em conjunto.

Outros três requerimentos foram aprovados pela CAS. Dois deles, de autoria de Paim, determinam que duas audiências da CAS sejam feitas em

conjunto com a Comissão de Direitos Humanos (CDH). Uma delas, sem data marcada, discutirá demissões consideradas arbitrárias ocorridas contra dirigentes sindicais e membros de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa).

A outra audiência será realizada nesta quarta-feira para debater com o ministro do Trabalho, Carlos Lupi, o veto à Emenda 3, apresentada ao projeto que criou a Super-Receita.

O último requerimento convidou Lupi a participar de reunião, sem data marcada, destinada a comemorar o Dia do Trabalho.



Embaixador do EUA, Clifford Sobel (E), participa de reunião com os senadores João Tenório, Sibá Machado e Eduardo Azeredo

COMISSÕES

Cícero Lucena coordenará debates sobre lixo urbano

O senador Cícero Lucena (PSDB-PB) foi eleito por aclamação presidente da Subcomissão Temporária para a Discussão sobre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos, vinculada à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Será vice-presidente o senador João Ribeiro (PR-TO).

Lucena afirmou que seu papel será o de coordenar os debates sobre o tratamento do lixo nas cidades em que os resíduos sólidos têm repercussões sociais e econômicas para as comunidades, além de discutir a questão ambiental.

Ele exibiu um vídeo sobre o projeto desenvolvido durante sua gestão à frente da prefeitura de João Pessoa em 2003. O senador

criou alternativas econômicas e sociais para 180 famílias que viviam como catadoras de lixo no chamado Lixão do Roger, transformado em aterro sanitário. Os catadores tornaram-se agentes ambientais, organizados em cooperativa de coleta seletiva de lixo, e se mudaram de barracos para uma vila popular com água, esgoto sanitário e escola.

Eleito presidente de subcomissão, senador mostrou projeto criado em João Pessoa

Lucena demonstrou entusiasmo com o exemplo da China – que visitou semana passada –, quanto à reciclagem de pneus – transformados em tapetes para carros e pisos para quadras de esporte e calçadas – e de entulho da construção civil – transformado em blocos e ladrilhos, que retornam ao mesmo setor.

Executivo vai acompanhar reuniões sobre clima

Representantes dos ministérios das Relações Exteriores e do Meio Ambiente poderão acompanhar as reuniões da Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas, de acordo com requerimento da comissão, senador Fernando Collor (PTB-AL), aprovado na última quinta-feira.

Outros dois requerimentos foram acolhidos na mesma reunião da comissão. Um deles, de autoria do presidente do colegiado, deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO), determina a tradução e a publicação, pelo colegiado, dos dois relatórios sobre mudanças climáticas produzidos

pelo Painel Intergovernamental de Mudança do Clima (IPCC) – entidade apoiada pela Organização das Nações Unidas (ONU) – divulgados neste ano.

Comissão mista pode contar com presença de representantes de ministérios

A aprovação do terceiro requerimento decide pelo envio de representante do colegiado a seminário sobre as mudanças climáticas organizado pelo jornal Valor Econômico. O evento acontecerá no dia 9

de maio. No próximo dia 7, representantes da comissão visitarão Belém do Pará, onde será realizada uma audiência pública para discutir problemas relacionados ao aquecimento global.

Frente buscará aprovar Código dos Direitos do Contribuinte

A Frente Parlamentar Mista dos Direitos do Contribuinte, criada para debater e defender os direitos e garantias básicas dos contribuintes em suas relações com as autoridades fiscais, foi lançada na última quarta-feira.

Vice-presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) do Senado, Marisa Serrano discursou no evento, dizendo esperar que a nova proposta de reforma tributária que o presidente Lula pretende enviar ao Congresso resulte em justiça tributária e numa distribuição de renda mais justa. A senadora afirmou que, no Senado, trabalhará pelo projeto de Código dos Direitos do Contribuinte, de autoria do deputado Sandro Mabel (PR-GO).

Parlamentares apoiarão ações para desenvolver o turismo

Deputados e senadores instaram, na semana passada, na Câmara dos Deputados, a Frente Parlamentar do Turismo com o objetivo de apoiar todas as ações voltadas para o desenvolvimento turístico brasileiro. O ministro das Relações Institucionais, Walfrido Mares Guia, foi homenageado.

Na ocasião, a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) disse que esse setor econômico tem tudo para acelerar o crescimento do Brasil. Ao anunciar que o Parlamento do Mercosul instala-se no dia 7 de maio, Sérgio Zambiasi (PTB-RS) destacou que essa representação tem também a missão de integrar a América do Sul pelo turismo.

A frente tem o apoio de 120 parlamentares e reconduziu à sua presidência o deputado Alex Canziani (PTB-PR).



Paim (D) e Lucena durante reunião da CDH que aprovou identificação tátil em cédulas de real

Benefício assistencial poderá ser ampliado

Projeto que exclui do cálculo da renda familiar per capita – utilizado para a concessão do benefício de prestação continuada – a aposentadoria ou pensão no valor de um salário mínimo já paga a qualquer membro da família foi aprovado por unanimidade na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

O texto acatado pela comissão é o substitutivo de Papaléo Paes (PSDB-AP) a proposta de Paulo Paim (PT-RS). Esse benefício, no valor de um salário mínimo, é garantido pela Constituição a pessoa com deficiência sem limite de idade e a idoso com mais de 65 anos que comprovem não ter condições econômicas de se manter.

A proposta (PLS 169/05) ainda voltará à comissão para votação em turno suplementar, uma vez que foi aprovada na forma de substitutivo e receberá decisão terminativa da CDH. O texto original objetivava alterar o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03).

O substitutivo propõe alterar a Lei Orgânica da Assistência Social (Lei 8.742/93) para que o benefício seja estendido também às pessoas com deficiência.

A comissão acolheu ainda, em turno suplementar, substitutivo a projeto do ex-senador Paulo Octávio que obriga a inclusão, nas cédulas de dinheiro, de elemento tátil que possibilite a diferenciação das notas por pessoas com deficiência visual (PLS 90/03).

Audiências sobre idosos e homossexuais

A CDH também acatou dois requerimentos para a realização de audiências. Um deles, de Paim, pretende que sejam debatidas questões relativas ao Dia Mundial de Combate à Violência contra o Idoso. O segundo, de Fátima Cleide (PT-RO), solicita audiência com a finalidade de instruir projeto de lei da Câmara que torna crime a discriminação e o preconceito contra os homossexuais (PLC 122/06).

Fornecimento de medicamentos será discutido pela CDH

Integrantes da Comissão de Direitos Humanos devem reunir-se com a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ellen Gracie, e com o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, para debater decisão do tribunal que limita o fornecimento de medicamentos a portadores de doenças graves e crônicas aos remédios elencados em portaria do ministério. Também está prevista a realização de uma audiência sobre o assunto.

As propostas fazem parte do relatório de Flávio Arns (PT-PR), aprovado pela CDH, sobre denúncia de 13 entidades que afirmam que a portaria não contempla todos os medicamentos necessários e temem que a decisão do STF, referente a Alagoas, passe a ser aplicada em todo o país.

Subcomissão realizará 15 audiências sobre regulação

A Subcomissão Temporária dos Marcos Regulatórios, que funciona no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), aprovou sua agenda de trabalho, com 15 audiências públicas a serem realizadas até setembro. A primeira discutirá questões relativas à energia elétrica. Nas demais, serão debatidos, entre outros temas, telecomunicações, transportes, saneamento e parcerias público-privadas (PPPs).

Para o primeiro debate, marcado para 7 de maio, serão convidados José Abdo, consultor e ex-presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); Cláudio Sales, do Instituto Acende Brasil; Jerson Kelman, representante da Aneel; Paulo Godoy, presidente da Associação Brasileira de Infra-Estrutura de Base (Abdib); Marcus Barros, presidente do Ibama; e o consul-

tor legislativo do Senado cedido à Casa Civil, Luiz Alberto dos Santos.

Para o presidente da subcomissão, Delcídio Amaral (PT-MS), o país precisa da implementação de medidas no setor de energia elétrica para poder crescer. O esforço do colegiado, disse, será no sentido de buscar soluções para evitar empecilhos ao desenvolvimento, sem esquecer o meio ambiente.

As outras audiências serão sobre petróleo, gás natural e biocombustíveis (14/5); telecomunicações (21/5); recursos hídricos (28/5); mineração (4/6); transportes rodoviários (11/6) e ferroviários (18/6); portos (25/6); aviação civil (6/8); saneamento (13/8); meio ambiente e resíduos sólidos (20/8); agências reguladoras (27/8); PPPs (3/9); reforma trabalhista (10/9) e reforma tributária (17/9).

Debate evidencia necessidade de unificar leis sobre telecomunicações

Para evitar os problemas causados pela existência de três leis distintas que tratam de assuntos semelhantes – Lei do Cabo, Lei das Telecomunicações e Lei da Radiodifusão –, a criação de uma lei de convergência torna-se imperiosa, concluíram os participantes da audiência realizada na semana passada pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

– Temos que ter um marco regulatório para tudo isso – avaliou o presidente da CCT, Wellington Salgado (PMDB-MG).

O presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Plínio de Aguiar Júnior, reconheceu que a existência de leis distintas que precisam ser cumpridas em cada contrato leva a agência a decisões que “podem ser avaliadas como injustas”.

PLENÁRIO

Renan indica senadores para Mercosul

O presidente do Congresso, senador Renan Calheiros, designou nove senadores e nove deputados titulares e suplentes para a representação brasileira no Parlamento do Mercosul, que realiza sessão inaugural em Montevidéu no próximo dia 7, às 17h. O documento designando os representantes brasileiros no Mercosul foi lido em Plenário pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), na

última sexta-feira.

Já instalado, em cerimônia realizada no Plenário do Senado brasileiro no dia 14 de dezembro e que contou com a presença do presidente Lula, o novo Parlamento reúne representantes de Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. A Venezuela terá representação na condição de membro em processo de adesão, com direito a voz.

Os senadores designados como

titulares são: Sérgio Zambiasi (PTB-RS), Pedro Simon (PMDB-RS), Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), Efraim Morais (DEM-PB), Romeu Tuma (DEM-SP), Marisa Serrano (PSDB-MT), Aloizio Mercadante (PT-SP), Cristovam Buarque (PDT-DF) e Inácio Arruda (PCdoB-CE).

Como suplentes foram designados os senadores Neuto de Conto (PMDB-SC), Valdir Raupp (PMDB-RO), Adelmir Santana

(DEM-DF), Raimundo Colombo (DEM-SC), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Flávio Arns (PT-PR), Fernando Collor (PTB-AL) e Jefferson Péres (PDT-AM).

Os deputados designados titulares são: Cezar Schirmer, Dr. Rosinha, George Hilton, Max Rosenmann, Cláudio Diaz, Geraldo Resende, Germano Bonow, Beto Albuquerque e José Paulo Tóffano. Os suplentes são: Iris de Araújo, Nilson Mourão, Renato

Molling, Valdir Colatto, Fernando Coruja, Gervásio Silva, Júlio Redecker, Vieira da Cunha e Dr. Nechar.

Para o senador Sérgio Zambiasi, que presidiu a Comissão Pro Tempore do Mercosul no semestre passado, a sessão inaugural marca a entrada de uma nova fase no processo de integração política, econômica, social e cultural da comunidade sul-americana.



Adelmir Santana: Mastercard e Visa têm “quase um monopólio”



Trabalhadoras devem ser reconhecidas, diz Fátima Cleide



Mozarildo é contra a idéia de “santuário intocável”



Mão Santa: pagamentos não são repassados pelo governo

Empresas de cartões devem ser investigadas

Adelmir Santana (DEM-DF) disse na última sexta-feira que as autoridades brasileiras devem investigar as empresas de cartões de crédito e de débito no país. O senador informou que as duas principais operadoras, Visa e Mastercard, detinham, no final de 2005, 96,65% do mercado desse setor.

Adelmir apresentou projeto visando à defesa dos consumidores que não usam cartões de crédito, permitindo a fixação de preço diferenciado na venda de bens ou na prestação de serviços pagos com cartão em relação ao preço à vista. Encaminhou ainda requerimento de informação à Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda e ao Banco Central sobre esse mercado e sobre o estágio dos estudos para a sua regulação.

Destaques ao PAC da Educação e ao Dia da Doméstica

Fátima Cleide (PT-RO) comemorou as “boas notícias ocorridas nesta semana”, como o lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), pelo Ministério da Educação, e o anúncio do aumento da geração de empregos. A senadora também festejou, na última sexta-feira, o Dia da Trabalhadora Doméstica, categoria que, em sua opinião, foi “invisível para políticas públicas por muitos anos”.

– Esperamos que o dia das trabalhadoras domésticas seja um passo rumo ao reconhecimento dessas mulheres, que, geração após geração, foram mães, irmãs, companheiras e amigas de tantas famílias brasileiras e que muitas vezes são abandonadas ao final da vida em abrigos e asilos para idosos – assinalou a senadora.

Críticas à não exploração da Amazônia

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) posicionou-se contra a idéia de que a Amazônia deve ser um “santuário intocável” para impedir o aquecimento global e destacou que a região possui potencial energético e deve ser explorada para proporcionar o crescimento local e do país.

– Temos energia [na região] para garantir auto-suficiência para o Brasil e minérios para saldar nossa dívida e algo mais – ressaltou.

O parlamentar criticou o documento Uma verdade inconveniente, do ex-vice-presidente dos Estados Unidos Al Gore. Mozarildo considera que o filme é uma bem elaborada peça de marketing que tenta impingir uma forma de freio aos países emergentes no rumo de seu desenvolvimento.

Servidores do Piauí podem ser prejudicados

O Piauí está sofrendo um caos econômico, alertou na última sexta-feira o senador Mão Santa (PMDB-PI), ao informar que o estado deve mais de R\$ 100 milhões a bancos e financeiras. O motivo, conforme salientou, é que o dinheiro descontado diretamente no contracheque dos servidores que contraíram empréstimos não está sendo repassado para o pagamento das instituições conveniadas que bancaram a operação financeira.

Para Mão Santa, os servidores que contraíram empréstimo estão sendo os maiores prejudicados, uma vez que representantes das financeiras estão restringindo o crédito desses funcionários para forçar o governo a repassar os descontos.

Jefferson Péres lamenta “escândalos deprimentes” no país

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) afirmou que “são deprimentes” os escândalos envolvendo os poderes Judiciário, Executivo e Legislativo. Ele observou que o seu estado de espírito em relação ao Brasil “é ciclotímico”, oscilando entre o otimismo e o abatimento.

– A falta de ética, infelizmente, está em todos os Poderes, até naquele que deveria ser o mais ético de todos: o Judiciário – afirmou o parlamentar, ao questionar se os tribunais não fazem um acompanhamento das sentenças dos juízes.

Jayme Campos defende-se de acusação de grilagem

Jayme Campos (DEM-MT) agradeceu o apoio que recebeu em Plenário durante discurso que fez na última quarta-feira para se defender da acusação de que trabalha para uma quadrilha de grileiros de terras. Ele classificou de “irresponsável” o juiz federal Julier Sebastião da Silva, da 1ª Vara de Mato Grosso, que aceitou a denúncia do Ministério Público feita pelo procurador Mário Lúcio Avelar, e enviou o inquérito ao Supremo Tribunal Federal.

HOMENAGENS

Senado homenageia Universidade de Brasília

Os 45 anos da Universidade de Brasília (UnB) foram homenageados em sessão do Plenário do Senado na quarta-feira passada, em solenidade requerida pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF), professor e ex-reitor da instituição.

Presidida por Tião Viana (PT-AC), a mesa foi composta pelo reitor da UnB, Timothy Mulholland, o vice-reitor, Edgard Mamiya, e os ex-reitores João Carlos Todorov e Antônio Ibañez

Ruiz.

Cristovam Buarque ressaltou a importância do papel exercido pelas universidades numa “sociedade de apartheid em escala mundial”. Também homenagearam a instituição os senadores Paulo Paim (PT-RS), Mão Santa (PMDB-PI), João Pedro (PT-AM), Sibá Machado (PT-AC), Joaquim Roriz (PMDB-DF), Adelmir Santana (DEM-DF), Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

Sessão solene comemora Dia do Exército

Militares das três Forças Armadas lotaram o Plenário do Senado na semana passada para participar de sessão solene em homenagem ao Dia do Exército, comemorado em 19 de abril. O evento, proposto pelo senador

Edison Lobão (DEM-MA), teve a presença do ministro da Defesa, Waldir Pires, e dos comandantes Enzo Martins Peri (Exército), Júlio Soares de Moura Neto (Marinha) e Juniti Saito (Aeronáutica), entre outras autoridades.

O Dia do Exército marca o fim da 1ª Batalha de Guararapes, em Pernambuco, onde, em 1648, as tropas nacionais venceram as forças de ocupação holandesa sediadas no Nordeste.

Renan Calheiros lembrou que a ação do Exército representa, em muitas regiões distantes, o “único símbolo tangível” da presença do Estado. Edison Lobão ressaltou que a importância do Exército não tem tido correspondência com o apoio material, “quer na modernização e na manutenção dos seus equipamentos, quer na justa remuneração dos integrantes”. Marconi Perillo (PSDB-GO), Valdir Raupp (PMDB-RO), Sibá Machado (PT-AC), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Cristovam Buarque (PDT-DF), Francisco Dornelles (PP-RJ), Romeu Tuma (DEM-SP) e Marcelo Crivella (PRB-RJ) também se associaram à homenagem.



Evento proposto por Edison Lobão trouxe militares das três Forças Armadas para homenagem no Plenário do Senado

FOTOS: CÉLIO AZEVEDO

Informações sobre a UnB

A Universidade de Brasília – inaugurada em 21 de abril de 1962, dois anos após a conclusão da capital – está localizada em um campus de 3,95 milhões de metros qua-

drados. Nela estudam cerca de 25 mil alunos, entre estudantes de graduação, mestrado e doutorado. Recentemente, a UnB abriu uma nova sede na cidade de Planaltina.

Voz do Leitor

SEGURANÇA

“Estou cansado de ouvir demagogia dos políticos e do presidente da República em relação à segurança pública. Quando acontecem fatos estarrecedores, dizem que é chegada a hora de tomar decisões, mas nada é feito. Está claro que crimes não têm nada a ver com a pobreza e sim com a corrupção e a impunidade. Essa aliança entre a impunidade e a corrupção está levando nosso país à barbárie.”

**Murilo Medeiros,
de Brasília (DF)**

CRECHE

“Parabenizo os senadores pela aprovação do projeto que visa obrigar as empresas com mais de 70 empregados a garantir creche e pré-escola para os filhos e dependentes dos seus funcionários.”

**Edson Cardoso Machado,
de Tracuateua (PA)**

APOSENTADORIA

“Vários brasileiros contribuem com a Previdência Social e, quando chega o tempo de se aposentar, têm que esperar um verdadeiro milagre para que seus direitos sejam válidos. No Brasil, onde milhares de contribuintes convivem com uma imensa desigualdade salarial, no mês de maio o trabalhador tem uma data importante a comemorar: o Dia do Trabalho.”

Ronaldo Rodrigues de Souza, de São Paulo (SP)

MUNICÍPIOS

“Não concordo com as propostas que objetivam aumentar o repasse de verbas para os municípios, aumentando o Fundo de Participação dos Municípios.

pios. Em muitas cidades, tal aumento servirá apenas para enriquecer o bolso dos prefeitos, visto que não há uma efetiva fiscalização que garanta a aplicação do dinheiro em benfeitorias para os municípios.”

**Glória Rodrigues Borges,
de Seridó (PB)**

DEPUTADOS FEDERAIS

“Pela atual regra de proporcionalidade da representação, há 513 deputados federais para uma população de 180 milhões de brasileiros. Se tivéssemos a mesma população dos Estados Unidos (278 milhões de habitantes) e nenhum limite, haveria 839 deputados! Entretanto, como lá existem apenas 435 deputados, se no Brasil houvesse a mesma proporcionalidade teríamos apenas 266 deputados federais. É bom lembrar que tramitam na Câmara nada menos que 11 propostas de emenda à Constituição que reduzem sensivelmente o número de deputados federais. A PEC mais recente, a 587/06, fixa esse número em 342 deputados. Que tal começar a reforma política aprovando essa medida?”

**Roldão Simas Filho,
de Brasília (DF)**

ESGOTO

“Sugiro aos parlamentares que priorizem os investimentos em saneamento básico, principalmente em coleta de esgoto. Não é aceitável que até mesmo cidades importantes não tenham coleta e tratamento de esgoto na maioria de seus bairros. É necessária uma parceria entre a União e as prefeituras para levar esse benefício a todos os municípios brasileiros.”

**Fábio Alves Leão,
de Rio Verde (GO)**

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Ambiente legal

Aquecimento no Ártico

Em menos de 50 anos o gelo do Ártico pode desaparecer como consequência do aquecimento global.

A advertência vem do pesquisador F. Stuart Chapin, professor de Ecologia da Universidade do Alasca-Fairbanks.

A neve no Ártico derreteu, em média, dois dias e meio mais cedo por década nos últimos 45 anos, de acordo com as pesquisas realizadas pela equipe de Chapin. No Alasca, de 1961 até agora, a temperatura se elevou 2,7 graus Celsius. A maior duração da temporada sem neve permitiu que a floresta



boreal se estendesse rumo ao norte do Alasca, ocupando progressivamente regiões anteriormente preenchidas pela tundra. Na opinião de Chapin, os relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), das Nações Unidas, são “muito conservadores”.

DE OLHO NO ÓLEO - O óleo de cozinha usado vai virar biodiesel no Rio de Janeiro. A transformação será feita pela Refinaria de Manguinhos. O secretário estadual de Meio Ambiente, Carlos Minc, lançou o programa que visa coletar o óleo usado em casas e estabelecimentos comerciais, evitando que se despejem nas lagoas, rios e baía cerca de 4,5 milhões de litros de óleo por ano.

ENERGIA LIMPA - Acaba de ser inaugurada em Portugal a maior planta de energia solar do mundo. Ela deve produzir energia suficiente para abastecer 8 mil casas, prevenindo a emissão de 30 mil toneladas de gases de efeito estufa por ano, se comparada a combustíveis fósseis. Portugal planeja investir, em cinco anos, US\$ 10,8 bilhões em projetos de energia renovável.

A pressa compensa?

Quando o motorista passa de 60km/h para 80km/h (um aumento de 29%), o risco de acidente fatal cresce 100%. Num percurso de 10 quilômetros, se ele dirige a 60km/h, gasta dez minutos; se vai a 100km/h, gasta seis minutos. Com o aumento de 67% na

velocidade ele ganha 40% no tempo, mas o risco de acidente fatal dá um salto de 500%. Os cálculos são do professor da UnB David Duarte Lima, que observa: “A velocidade é um dos principais fatores de acidentes de trânsito. Será que a pressa compensa?”

O VALOR DA SESTA - Quem descansa regularmente em torno de 30 minutos depois do almoço tem 37% menos chances de sofrer doença do coração num período de seis anos. A conclusão é de cientistas da Escola de Saúde Pública de Harvard.

RISCO NO CIGARRO E NA BEBIDA - Especialistas ingleses estão exigindo que a classificação de drogas feita pelo governo passe a refletir, com mais acuidade, os danos causados pelo consumo do álcool e do tabaco.

O QUE SERÁ AMANHÃ - Planejar as finanças pessoais significa, segundo o consultor Rogério Olegário, prever o destino que será dado ao dinheiro antes mesmo de recebê-lo, assegurando maior possibilidade de gastos, além da realização de projetos.

Frases

“O Brasil precisa colocar a mão na consciência: nós falhamos. Essa é uma resposta enganosa para a sociedade. Outras medidas seriam mais eficazes”

Patrícia Saboya, manifestando-se contra a aprovação da redução da maioria penal.

“Essa medida atinge 11 mil adolescentes que são muito perigosos. Precisamos entender o clamor das ruas; as cadeias não recuperam, mas as ruas recuperam?”

Demostenes Torres, em defesa da maioria penal aos 16 anos.

“Eu estava certo quando pedi a CPI dos Bingos. Eu estava certo quando afirmava que o bingo no Brasil, com as suas fachadas, escondia a lama do dinheiro do narcotráfico”

Magno Malta, elogiando operação da Polícia Federal que desmontou rede de corrupção ligando bicheiros ao Judiciário.

“Com todo o respeito pelas faculdades particulares, o ensino universitário público e democrático tem de ser expandido e se fortalecer”

Serys Shessarenko, em defesa do ensino superior público, na homenagem aos 45 anos da Universidade de Brasília.

“O país não mudou muito em termos de moralidade no setor público. A falta de ética, infelizmente, está em todos os Poderes, até naquele que deveria ser o mais ético de todos: o Judiciário”

Jefferson Péres, lamentando os escândalos envolvendo os três Poderes.

“Isso pode acirrar a disputa entre Câmara e Senado, além de termos trabalho em dobro, realizado aqui e repetido lá”

Renato Casagrande, sobre a possibilidade de duas CPIs do Apagão Aéreo.

“Não há preocupação de que uma CPI ofusque a outra, nem que uma se instale depois da outra. Quero é que a apuração comece logo”

José Agripino, pela instalação das duas CPIs do Apagão.

Foto da Semana

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, reuniu-se na quarta-feira à noite com o presidente do Senado, Renan Calheiros, e líderes partidários das duas Casas do Congresso.

A reunião levou a um acordo sobre o veto do presidente Lula à Emenda 3 ao projeto que criou a Super-Receita. Ficou acertado que o governo apresentará novo projeto sobre a cobrança de impostos das empresas criadas por profissionais para prestar serviços a uma única empresa maior



GERALDO MACIELA

De Paulo Freire a Rubem Braga

No dia 2 de maio de 1997 o Brasil perdia um dos seus mais importantes intelectuais: Paulo Freire, cujas idéias deram um novo sentido à educação. Ele criou, por exemplo, um método revolucionário de alfabetização e foi o autor, entre outros livros, de *A pedagogia do oprimido*. Em outro livro – *Professora, sim, tia não. Cartas a quem ousa ensinar* – ele se dirige aos professores. A primeira carta do livro, “Ensinar, aprender: leitura do mundo, leitura da palavra”, de 1993, Freire propõe a construção de uma escola democrática e popular. A Rádio Senado apresenta programa especial, nesta quarta-feira, às 20h, com os trechos mais significativos dessa carta, comentados por professores.

Já o programa *Prosa e Verso* (sábado, às 9h) apresenta interpretações

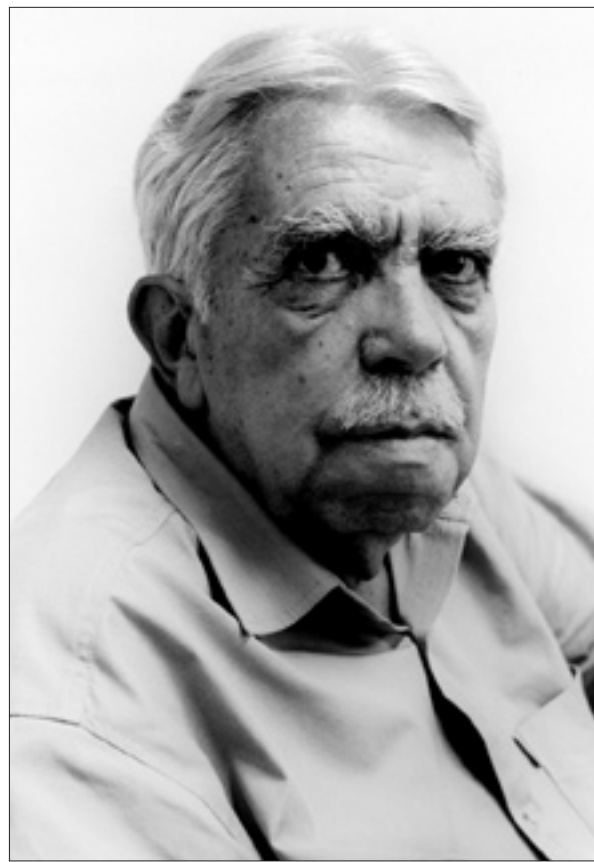
e comentários sobre crônicas de Rubem Braga. Nascido em Cachoeiro de Itapemirim (ES), em 1913, Rubem Braga cresceu em Niterói (RJ).

Como jornalista, cobriu a Revolução Constitucionalista de 1932 pelos Diários Associados e foi correspondente do Diário Carioca na Segunda Guerra Mundial.

De volta ao Brasil, morou no Recife, em Porto Alegre e em São Paulo, antes de se estabelecer no Rio de Janeiro, onde morreu em 1990.

Seu primeiro livro, *O conde e o passarinho*, foi publicado em 1936, aos 22 anos de idade, pela Editora José Olympio.

Como escritor, Rubem Braga foi o único autor nacional a se tornar célebre exclusivamente por meio da crônica.



SERGIO TOMISAKI/FOLHA/IMAGEM

A obra do escritor e jornalista Rubem Braga ganhará destaque no programa *Prosa e Verso* da Rádio Senado

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Fala Cidadão
3h - Idéias
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Idéias
5h30 - Fala Cidadão
6h - Cidadania 2
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 2
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Especiais/Comissões
12h - Idéias
12h30 - Entrevista 3
13h - Cidadania 3
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Conversa de Músico
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

1h - Cidadania 4
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 4
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 1
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 1
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 2
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 3/Comissões
20h30 - Entrevista 3
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

1h - Cidadania 3
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 3

4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 4
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 4
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 1
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 2/Comissões
20h30 - Entrevista 2
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

1h - Cidadania 2
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 2
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 3
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 3
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 4
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 1/Comissões
20h30 - Entrevista 1
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 2
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 2

8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 3
14h15 - Jornal do Senado
14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Conversa de Músico
22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
23h30 - Idéias
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

1h - Cidadania
2h - Idéias
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Fala Cidadão
4h30 - De Coração
5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Idéias
7h30 - Entrevista
8h - De Coração
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Idéias
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Fala Cidadão
13h30 - Cidadania
14h30 - Conversa de Músico
15h - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Entrevista
17h30 - Idéias
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Leituras
20h30 - Fala Cidadão
21h - Jornal do Senado
21h30 - Espaço Cultural
23h - Idéias
23h30 - De Coração
24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

1h - Cidadania
2h - Fala Cidadão
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Idéias
4h30 - De Coração

Como sintonizar

TV A CABO

NET, Canbras TVA, Canbras e Vídeo Cabo

TV POR ASSINATURA

Sky, Directv e Tecsat

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal

Frequência - 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz

Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s

FEC - 3/4

UHF

Canal 51, no Distrito Federal

5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Fala Cidadão
7h30 - Entrevista
8h - Jornal do Senado
8h30 - De Coração
9h - Especiais
9h30 - Idéias
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Fala Cidadão
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Idéias
13h30 - Cidadania
14h30 - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Fala Cidadão
17h30 - Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Conversa de Músico
20h30 - Leituras
21h - Idéias
21h30 - Espaço Cultural
23h - Fala Cidadão
23h30 - De Coração
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

Rádio Senado

TODOS OS DIAS

6h - Matinas
7h55 - Cidadania Dia-a-dia
21h50 - Cidadania Dia-a-dia (reprise)

DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA

7h - Crônicas Musicais
7h10 - Música e Informação
8h - Senado Notícias
8h30 - Plenário em Destaque
19h - Voz do Brasil
19h30 - Jornal do Senado
20h - Música e Informação
21h - Crônicas Musicais (reprise)
21h10 - Música e Informação
22h - Senado Notícias
24h - Música e Informação

DE SEGUNDA A QUINTA-FEIRA

14h - Plenário (ao vivo)

DE TERÇA A SEXTA-FEIRA

9h - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias

SÁBADO E DOMINGO

7h - Música e Informação
9h30 - Música e Informação
21h - 180 Anos do Senado
22h - Música e Informação

SEGUNDA-FEIRA

9h - Senado Resumo
10h - Senado Notícias (reprise)
11h - Senado Resumo (reprise)
12h - Conexão Senado
13h40 - Senado Notícias
23h - Brasil Regional (reprise)

TERÇA-FEIRA

23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

23h - Escala Brasileira (reprise)

SEXTA-FEIRA

9h - Plenário (ao vivo)
12h - Música e Informação
13h40 - Senado Notícias
14h - Música e Informação
18h - Senado Resumo
20h - Reportagem Especial
23h - Improviso Jazz (reprise)

SÁBADO

8h - Encontros com a Música Brasileira
9h - Prosa e Verso
10h - Especial (reprise)
11h - Música Erudita
12h - Senado Resumo (reprise)
13h40 - Música e Informação
15h - Autores e Livros
16h - Música do Brasil
17h - Música e Informação
18h - Improviso Jazz
19h - Senado Resumo (reprise)
20h - Escala Brasileira

DOMINGO

8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
11h - Música do Brasil
15h - Música Erudita (reprise)
16h - Prosa e Verso
17h - Reportagem Especial (reprise)
18h - Encontros com a Música Brasileira (reprise)
20h - Jazz & Tal

Como sintonizar

FM

Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

ONDAS CURTAS

Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player

ANTENA PARABÓLICA

Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

RESENHA

Uma viagem apaixonada pelo Rio de Janeiro

ALEXANDRE GUIMARÃES

Observam-se na história demonstrações explícitas de paixão de artistas por suas cidades. No caso de escritores, paixão formalmente expressa num poema, num livro, ou, como no caso do imortal Luís Edmundo, em quase toda sua obra.

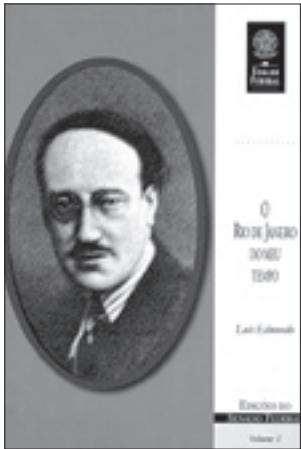
Um dos expoentes da poesia impressionista do início do século 20, Luís Edmundo nunca deixou de expressar suas opiniões sobre a cidade do Rio de Janeiro. O jornalista, poeta, cronista, memoria-

lista, teatrólogo e orador não cansava de declarar seu amor pela Cidade Maravilhosa, mas, desde o final dos anos 1930, lançou seguidamente crônicas sobre a cidade: os três volumes de *O Rio de Janeiro no tempo dos vice-reis*, em 1938, e, em mais três volumes, *A corte de dom João no Rio de Janeiro*, em 1940. No final de 1940, publicou *O Rio de Janeiro do meu tempo*, obra reeditada como volume 1 das Edições do Senado Federal.

Se nas duas primeiras obras recorreu enormemente à pesquisa das informações, neste livro Luís Edmundo deixou extravasar seu senso de observação e memória. Dois pontos se destacam na obra: o senso de humor e as centenas de ilustrações feitas por gênios da época, entre eles, o água-fortista Armando Pacheco, os cartunistas Raul e Calixto, e o desenhista Marques Júnior.

As descrições fazem o leitor se internar na obra e viver os locais e conhecer as pessoas do Rio de Janeiro das primeiras décadas do século passado, que, acredito, ainda se encontram escondidos sob a modernidade e a violência dos dias atuais. Luís Edmundo nos faz percorrer cafés, teatros e livrarias, assim como conhecer o carnaval de morro.

O trabalho apaixonado de Luís Edmundo não se concluiria com esta obra. Nos cinco volumes de suas Memórias, lê-se mais desta paixão que se eternizou, mesmo após a morte do autor em 1961.



REPRODUÇÃO

Alexandre Guimarães é consultor legislativo do Senado. O livro *O Rio de Janeiro do meu tempo*, das Edições do Senado Federal, pode ser adquirido por R\$ 25. Mais informações podem ser obtidas pelo e-mail livros@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 3311-4755.

SENADO

Escolas do Legislativo realizam 9º encontro

A Associação Brasileira das Escolas do Legislativo (Abel) realizou seu 9º encontro nacional na semana passada, no auditório do programa Interlegis, quando foram entregues os diplomas de Amigo da Abel para as assembleias legislativas dos estados de Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Presente ao evento, o senador Marco Maciel (DEM-PE) destacou a importância das atividades do Interlegis, da Abel, do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis), principalmente no que se refere à integração do Poder Legislativo e ao aperfeiçoamento dos servidores nas novas tecnologias da informação. O diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, também recebeu o diploma.



Agaciel Maia, senador Marco Maciel, Florian Madruga e José Dantas na cerimônia de entrega do diploma Amigo da Abel

Participaram ainda o presidente da Abel, Florian Augusto Madruga, o diretor do Interlegis, José Dantas Filho, vereadores e funcionários de instituições legislativas, além dos deputados estaduais Roberto Carvalho (MG), Joares Ponticelli (SC) e Gilmar

Sosela (RS), que receberam os diplomas em nome das respectivas assembleias legislativas.

Agaciel Maia ressaltou que, aprimorando as atividades dos legisladores, o Interlegis acaba por aperfeiçoar a democracia no país.

Recital marca Dia Mundial da Voz

Um recital no Salão Nobre do Senado Federal, na quarta-feira, marcou a passagem do Dia Mundial da Voz, celebrado em 16 de abril. O evento, no fim da Semana Nacional da Voz, foi promovido na Casa por iniciativa do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) e contou com a presença do presidente do Senado, Renan Calheiros.

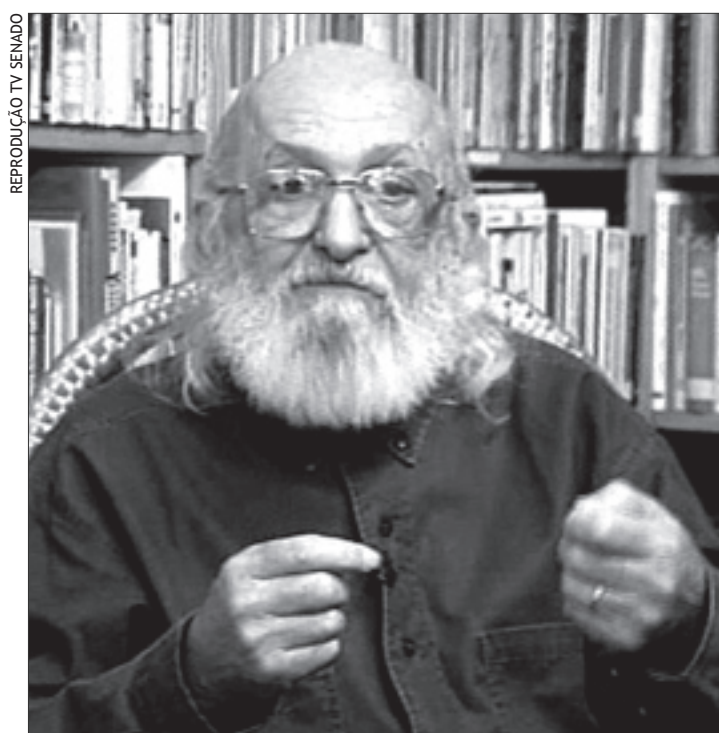
A soprano Denise Tavares, a pianista Beatriz Salles e o maestro e barítono David Junker apresentaram várias canções populares e clássicas.

A Semana Nacional da Voz foi promovida de 19 a 22 de abril pela Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia, Associação dos Profissionais de Fonoaudiologia de Brasília e Sinpro-DF.

SELO ESCOTEIRO - O centenário do Movimento Escoteiro foi comemorado na quinta-feira com o lançamento de um selo dos Correios com o retrato do fundador do escotismo, o tenente-coronel Robert Baden-Powell. Organizada pela União Parlamentar Escoteira do Brasil (Upeb), presidida pelo senador Flávio Arns (PT-PR), a cerimônia na sede do Interlegis contou com a presença de 85 escoteiros do Sul e do Distrito Federal.

Arquivo aberto

“A prática educativa é uma prática política, que coloca ao educador uma ruptura, uma opção, ou seja, você educa com vistas a um certo ideal. É o sonho de sociedade que você tem.” A frase fez parte do discurso emocionado do senador Lauro Campos no Plenário do Senado, em 7 de maio de 1997, ao ler trechos da obra de Paulo Freire (foto). O educador morreu há dez anos, em 2 de maio de 1997. A imagem ao lado é do programa *Inclusão*, da TV Senado, com o tema “Educação é um direito”, apresentado e dirigido pela jornalista Solange Calmon. No programa, há trechos de uma entrevista com Paulo Freire: “Eu gostaria de ser lembrado como um sujeito que amou profundamente o mundo, as pessoas, os bichos, as árvores, as águas, a vida”.



REPRODUÇÃO TV SENADO

1º de maio – A Câmara Federal é dissolvida pela primeira vez, em 1842 (há 165 anos). O então 1º secretário, deputado José de Assis Mascarenhas, lê decreto do imperador, em meio a profundo silêncio: “Tomando em consideração o que me expuseram os meus ministros e secretários de Estado, no relatório desta data, e tendo ouvido o meu Conselho de Estado, hei por bem, usando das atribuições que me confere a Constituição no artigo 101, parágrafo 5º, dissolver a Câmara dos Deputados”.

3 de maio – Dia do Parlamento, para comemorar a criação do Poder Legislativo no Brasil. A primeira reunião parlamentar pós-independência foi em 3 de maio de 1823, como revelou o Jornal do Senado na coluna Conheça o Senado em 2 de maio de 2005: “A Assembleia seria responsável pela elaboração da primeira Constituição do país, para formalizar a independência do Brasil em relação a Portugal. Faziam parte do primeiro colegiado 90 membros eleitos pelas 14 províncias da época, comandados pelo presidente do Senado, o Marquês de Santo Amaro”.

Pesquisa elaborada pelo Serviço de Pesquisas Jornalísticas do Cedoc Multimídia

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editor-chefe: Valter Gonçalves Júnior
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Flávio Faria, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Suely Bastos.
Reportagem: Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.

Diagramação: Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda, Raul Grilo e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa,

Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar 70165-920 Brasília (DF)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

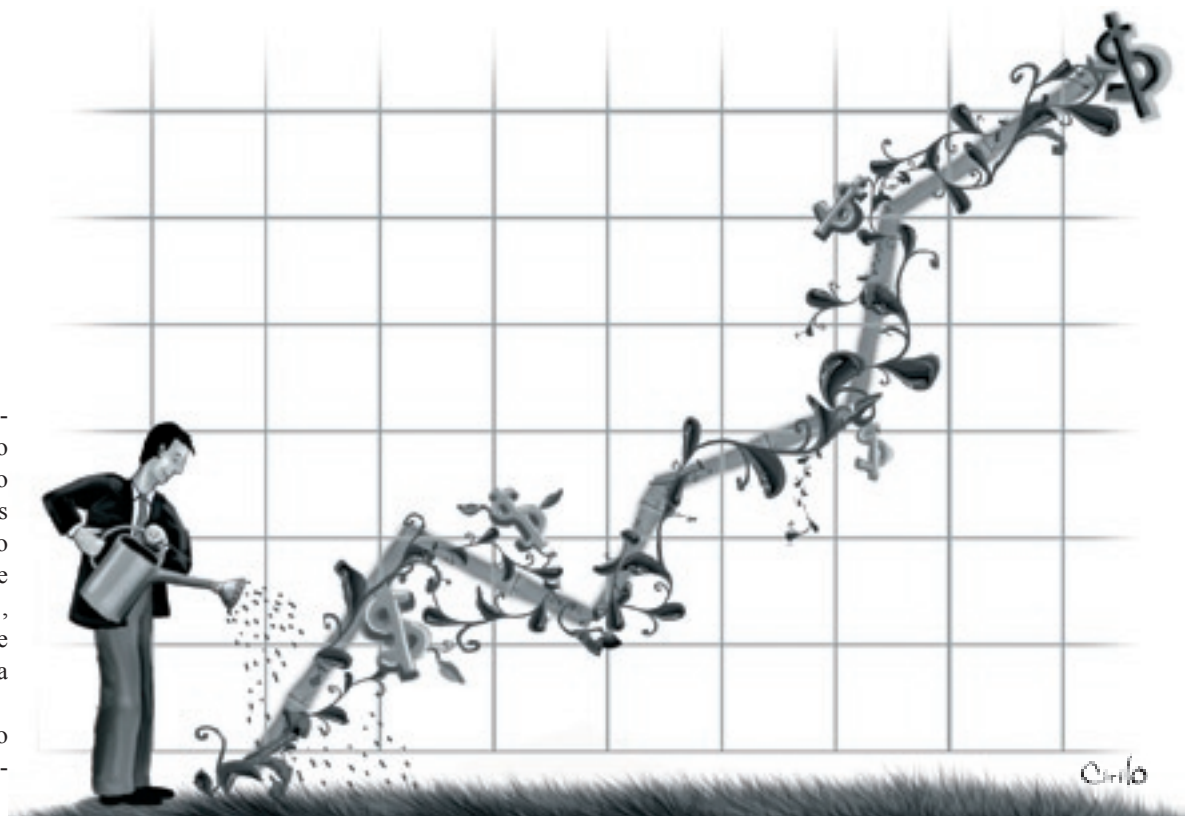
Planeje sua empresa em detalhes

Para abrir uma empresa, é preciso saber que o sucesso de qualquer negócio depende, principalmente, de um bom planejamento. Além de facilitar a implantação, um planejamento bem feito pode reduzir os riscos de insucesso e evitar problemas futuros.

Mesmo no caso das franquias, em que o franqueador cede toda a tecnologia de implantação e gestão da empresa, não se pode

abrir mão de um “plano de negócio” por escrito e melhorado continuamente, com o máximo de anotações possíveis feitas a cada passo. Só depois que o plano de negócio mostrar que a empresa é viável, ou seja, tem condições de sobreviver e crescer, é que se deve tomar a decisão de criá-la.

Veja nesta edição o conteúdo desse planejamento e onde buscar ajuda para fazê-lo.



1 Conheça bem

- ◆ O ramo de atividade – Pesquise tudo o que puder sobre o ramo em que pretende atuar. Procure os sindicatos e associações de empresários do setor e estude o material que eles oferecem. O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio têm dados sobre diversos setores.

- ◆ O mercado consumidor – O cliente é o alvo dos produtos e/ou serviços e deverá sentir-se plenamente atendido, entender que o preço a ser pago é justo e que os produtos/serviços correspondem à qualidade por ele esperada. Ao planejar a empresa, esclareça quem serão os clientes e o que eles esperam. Preocupe-se com a diferença que o produto e/ou serviço irá fazer para esses futuros clientes.

- ◆ O mercado fornecedor – Onde comprar os equipamentos, máquinas, matéria-prima, mercadorias e outros materiais necessários ao funcionamento da nova empresa? Considere: distância física, custo de frete, referências, qualidade, capacidade de fornecimento, preço, prazo, forma de pagamento e de entrega. Defina os melhores fornecedores e, se possível, planeje se relacionar com mais de um fornecedor por produto.

- ◆ Os concorrentes – Não comece um negócio sem saber: quem são meus concorrentes? Quais mercadorias ou serviços oferecem? Para quem e quanto eles vendem? Quais são seus pontos fortes e fracos? Seus clientes são fiéis? Preste atenção em: qualidade, preço, acabamento, durabilidade, funcionalidade, embalagem, tamanho, atendimento, acesso e apresentação do produto ou serviço, e verifique o que pode ser melhorado.

2 Defina

- ◆ O seu produto ou serviço em detalhes – Como será usado, qual a embalagem, tamanhos oferecidos, cores, sabores, etc.

- ◆ A localização de sua empresa – Baseie sua análise em dados concretos, como o fluxo de pedestres e veículos, os hábitos de compra dos futuros clientes, etc. Para uma empresa de prestação de serviços a orientação é ficar próxima do consumidor, enquanto que as indústrias devem estar atentas principalmente à questão do transporte. Já o comércio depende basicamente de sua localização, o que requer mais estudo. O ponto certo vai depender de algumas variáveis como, por exemplo, facilidade de acesso, estacionamento, visibilidade, público-alvo, concorrência, segurança e custos.

- ◆ O processo operacional – Quais as fases de fabricação/venda/prestação de serviços? Quem fará o que, com que material, com que equipamento e quando? Quem tem conhecimento e experiência no ramo: você? Um futuro sócio? Ou um profissional contratado?

- ◆ O volume de produção, vendas ou serviços – Considere a necessidade dos consumidores; a oferta de pessoal treinado para produzir/vender o produto ou prestar o serviço; a capacidade de máquinas, instalações, etc.; os recursos financeiros; a disponibilidade de matéria-prima, embalagens, etc. É importante saber também se a demanda se altera significativamente dependendo da época do ano. Lembre-se que o início é difícil para não ter expectativas irrealizáveis.

- ◆ A necessidade de pessoal – Identifique o número de pessoas necessárias e que qualificação deverão ter.

- ◆ Como divulgar seu produto/serviço – Na dúvida, recorra a uma empresa ou profissional especializado para diminuir o risco de perda de recursos.

3 Estime os gastos

É hora de fazer a análise financeira. Calcule:

- ◆ Investimentos fixos – Qual o capital necessário para a implantação (aquisição do ponto, máquinas, equipamentos, móveis e utensílios etc.)?

- ◆ Custos fixos – Aluguel; contador; salários, água, luz, telefone, impostos, seguros etc. São as despesas que, vendendo ou não, você terá que pagar.

- ◆ Custos variáveis – Variam diretamente com a quantidade de vendas, como a matéria-prima, por exemplo. Verifique também os impostos que incidem diretamente sobre a venda.

- ◆ Capital de giro – Você precisa ter dinheiro em caixa para pagar fornecedores, aluguel, empregados etc. até que a empresa comece a faturar. Vendas à vista, prazos maiores para pagar fornecedores e estoques menores diminuem a necessidade de capital de giro.

- ◆ Custo do produto – Somando todos os custos e dividindo esse valor pela quantidade de produtos produzidos ou vendidos ou pelo número de serviços prestados, você terá o custo unitário.

- ◆ Preço de venda = Custo do produto + custo de comercialização + margem de lucro. Muitas empresas não apuram seus custos de maneira precisa, o que mascara o lucro, causando problemas.

- ◆ Faturamento – Multiplique o total das vendas previsto pelo preço unitário.

- ◆ Lucro operacional = Faturamento – total dos custos.

- ◆ Fundo de reserva – Tenha uma reserva para evitar que a empresa venha a naufragar em razão de imprevistos que nada tenham a ver com sua viabilidade.

- ◆ Pró-labore – Calcule quanto poderá retirar por mês sem prejudicar a empresa.

Saiba mais

Fórum Permanente das Micro e Pequenas Empresas (MDIC)
www.desenvolvimento.gov.br/sitio/sdp/proAcao/micEmpPequeno/forPer_apresentacao.php
(61) 3425-7000

Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico de Empresas (MCT)
www.mct.gov.br/index.php/content/view/4943.html
(61) 3317-7500

Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores
www.anprotec.org.br
(061) 3202-1555

Incubadoras de empresas

- Oferecem suporte técnico, tecnológico e gerencial, e cursos de formação para o empreendedor. Em geral dispõem de espaço físico para alojar temporariamente as empresas e orientam na elaboração de projetos para obtenção crédito.
www.mct.gov.br/index.php/content/view/5228.html

Guia do Empreendedor - Na internet ou no balcão do Sebrae da sua cidade
www.sebrae.com.br/br/npublish/guia_empreendedor.asp

Plano de negócio
www.sebrae.com.br/br/parasuaempresa/planodenegocio.asp

Esteja à frente: seja competitivo

Existe um grande número de indicadores de produtividade e competitividade, como faturamento por funcionário ou por metro quadrado ocupado, por exemplo. É necessário identificar os indicadores que mais se aplicam ao seu negócio e usá-los como ferramentas de análise e avaliação.

Para ser competitivo, alta qualidade, bom serviço e preço não bastam. As companhias precisam inovar, criando novos produtos, fornecendo-os mais rapidamente ou de forma mais cômoda para o cliente. É preciso melhorar o projeto e estilo dos produtos, aumentar a oferta de vantagens etc., para construir um relacionamento vantajoso e duradouro com o cliente.

Atenção aos controles

É essencial manter atualizados os seguintes controles – e usá-los na hora de tomar decisões.

- ▶ Vendas – Além de acompanhar as vendas, permite prever receitas e programar compras.

- ▶ Compras – Possibilita distribuir as compras com base nas previsões de vendas e nos compromissos assumidos.

- ▶ Despesas – Permite adotar medidas de contenção dos gastos que venham crescendo sem justificativa. Nenhum item de despesa pode faltar.

- ▶ Estoque – Todas as entradas e saídas de mercadoria ou material devem ser registrados e esse controle deve informar a quantidade e o valor de cada item existente na empresa.

Pense no relacionamento com os funcionários

Qual o perfil dos funcionários e que tipo de relacionamento a empresa irá manter com eles? Lembre-se que o sucesso depende da qualidade agregada aos produtos ou serviços por pessoas motivadas e com nível de qualidade pessoal e profissional adequados.

Estude e cumpra a legislação trabalhista, mas tenha em mente que administrar pessoas vai muito além de apenas cumprir as normas legais.